

Manoel Vítório diz que a Bahia manteve equilíbrio fiscal em 2020

A despesa no acumulado de janeiro a dezembro foi de R\$ 49 bilhões

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O secretário estadual da Fazenda, Manoel Vítório, apresentou o balanço do 3º quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). O gestor afirmou que no período, apesar da pandemia da Covid-19, a Bahia manteve o equilíbrio fiscal.

Conforme ressaltou o titular da pasta, a despesa total no acumulado de janeiro a dezembro de 2020 foi de pouco mais de R\$ 49 bilhões, o equivalen-

te a 88% do que havia sido estimado para o período. Do total, 46,87% foram executados com despesa de pessoal e encargos sociais; 6,66% com investimentos e inversões financeiras, 5,12% com despesas intra-orçamentárias, 3,00% com o pagamento da dívida pública, e 38,34% com outras despesas correntes.

No mesmo período, segundo o secretário da Fazenda, a receita totalizou R\$ 51,1 bilhões sendo o ICMS a maior fonte arrecadatória, correspondendo a mais de 80% da arrecadação tributária. Ainda conforme a apresentação do secretário, a Bahia ocupa a segunda posição do

ranking entre os Estados no que se refere aos investimentos. De 2015 até 2020, foram investidos mais de R\$ 14 bilhões, perdendo apenas para o Estado de São Paulo no citado quesito. Outro ponto que chamou a atenção dos parlamentares no encontro foi a capacidade de endividamento do Estado. O valor da dívida baiana é pouco acima de R\$ 21 bilhões, no entanto, a lei permite que o endividamento estatal seja de até duas vezes o valor da receita líquida, que corresponde atualmente a mais de R\$ 37 bilhões.

"Nós temos o controle do endividamento, apesar das intempéries. Estamos aptos para realizarmos a

operação de crédito apresentada pelo Executivo. Precisamos. Não é só o equilíbrio fiscal que é importante. Ele é importante, mas não é o bastante para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população", afirmou Vítório. O deputado Tiago Correia (PSDB), da oposição, questionou se o Governo teria planejado alguma medida para o amparo do setor produtivo. "O nosso esforço principal é para socorrer aquelas pessoas que estão completamente desamparadas. Mas medidas econômicas de incentivo a alguns setores produtivos foram pensadas e devem ser anunciadas pelo próprio governador", respondeu.



MANOEL VÍTÓRIO apresentou o balanço do 3º quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Política
Data: 18/02/2021	Página: --



AL-BA: Bahia manteve o equilíbrio fiscal em 2020, segundo Manoel Vitório

Manoel Vitório apresentou o balanço do 3º quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado

Tribuna da Bahia, Salvador

18/03/2021 06:00 | Atualizado há 3 horas e 16 minutos



Foto: Denilson Nunes / Secom

Por Henrique Brinco

O secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório, apresentou o balanço do 3º quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). O gestor afirmou que no período, apesar da pandemia da Covid-19, a Bahia manteve o equilíbrio fiscal.

Conforme ressaltou o titular da pasta, a despesa total do Estado no acumulado de janeiro a dezembro de 2020 foi de pouco mais de R\$ 49 bilhões, o equivalente a 88% do que havia sido estimado para o período. Do total, 46,87% foram executados com despesa de pessoal e encargos sociais; 6,66% com investimentos e inversões financeiras. 5,12% com despesas intra-orçamentárias, 3,00% com o pagamento da dívida pública, e 38,34% com outras despesas correntes.

No mesmo período, segundo o secretário da Fazenda, a receita totalizou R\$ 51,1 bilhões sendo o ICMS a maior fonte arrecadatória, correspondendo a mais de 80% da arrecadação tributária.

Ainda conforme a apresentação do secretário da Fazenda, a Bahia ocupa a segunda posição do ranking entre os Estados no que se refere aos investimentos. De 2015 até 2020, foram investidos mais de R\$ 14 bilhões, perdendo apenas para o Estado de São Paulo no citado quesito. Outro ponto que chamou a atenção dos parlamentares no encontro foi a capacidade de endividamento do Estado. O valor da dívida baiana é pouco acima de R\$ 21 bilhões, no entanto, a lei permite que o endividamento estatal seja de até duas vezes o valor da receita líquida, que corresponde atualmente a mais de R\$ 37 bilhões.

“Nós temos o controle do endividamento, apesar das intempéries. Estamos aptos para realizarmos a operação de crédito apresentada pelo Executivo. Precisamos. Não é só o equilíbrio fiscal que é importante.

Ele é importante, mas não é o bastante para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população”, afirmou Vitório.

O deputado Tiago Correia (PSDB), da oposição, questionou se o Governo do Estado teria planejado alguma medida para o amparo do setor produtivo. “O nosso esforço principal é para socorrer aquelas pessoas que estão completamente desamparadas. Mas medidas econômicas de incentivo a alguns setores produtivos foram pensadas e devem ser anunciadas pelo próprio governador Rui Costa”, respondeu.

PROPOSTAS - Na semana em que o Brasil bateu recordes diários e alcançou as tristes marcas de 2,26 mil mortes em 24 horas e mais de 85 mil infecções por Covid-19 em um único dia, os deputados Carlos Geilson (PSDB) e Hilton (Psol) entraram com indicações na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, visando a contribuir com sugestões ao governador Rui Costa.

Hilton propõe que seja criado o programa de auxílio emergencial para os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, em razão da Pandemia. Geilson, por sua vez, pede a inclusão dos profissionais do transporte público de todos os modais no rol de atividades essenciais no plano estadual de vacinação.

“Em tempos de pandemia, o trabalho em coletivos tornou-se ainda mais arriscado, diante da possibilidade de contaminação no interior dos veículos”, define Geilson, apontando que “todos os dias assistimos nos telejornais e nos demais veículos de comunicação a usuários do transporte público, especialmente o ônibus urbano, reclamando de superlotação, falta de higienização dos coletivos, entre outros problemas”.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/03/21	



ESTADO GASTOU R\$ 49 BILHÕES NO 3º QUADRIMESTRE DE 2020



admin 17 Março, 2021

Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório**, apresentou o balanço do 3º quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado.

No encontro virtual, realizado na manhã desta terça-feira (16), Vitório afirmou que no período, apesar da pandemia da Covid-19, a Bahia manteve o equilíbrio fiscal, evidenciado a partir da relação entre receita e despesa pública.

Conforme ressaltou o titular da pasta, a despesa total do Estado no acumulado de janeiro a dezembro de 2020 foi de pouco mais de R\$ 49 bilhões, o equivalente a 88% do que havia sido estimado para o período.

Do total, 46,87% foram executados com despesa de pessoal e encargos sociais; 6,66% com investimentos e inversões financeiras. 5,12% com despesas intra-orçamentárias, 3,00% com o pagamento da dívida pública, e 38,34% com outras despesas correntes. No mesmo período, segundo o secretário da Fazenda, a receita totalizou R\$ 51,1 bilhões sendo o ICMS a maior fonte arrecadatória, correspondendo a mais de 80% da arrecadação tributária.

Liderando o encontro, o presidente do colegiado, deputado Robinho (PP), comemorou os números apresentados. Para o progressista, os dados foram positivos, sobretudo, quando levado em consideração o contexto de pandemia. “Os baianos e a Bahia agradecem o equilíbrio das contas, e eu desejo que continue assim”, disse.

Ainda conforme a apresentação do secretário da Fazenda, a Bahia ocupa a segunda posição do ranking entre os Estados no que se refere aos investimentos.

De 2015 até 2020, foram investidos mais de R\$ 14 bilhões, perdendo apenas para o Estado de São Paulo no citado quesito. Outro ponto que chamou a atenção dos parlamentares no encontro foi a capacidade de endividamento do Estado. Segundo explicou Manoel Vitório, o valor da dívida baiana é pouco acima de R\$ 21 bilhões, no entanto, a lei permite que o endividamento estatal seja de até duas vezes o valor da receita líquida, que corresponde atualmente a mais de R\$ 37 bilhões.

“Nós temos o controle do endividamento, apesar das intempéries. Estamos aptos para realizarmos a operação de crédito apresentada pelo Executivo. Precisamos. Não é só o equilíbrio fiscal que é importante. Ele é importante, mas não é o bastante para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população”, afirmou Vitório.

Na tarde da última segunda-feira (15), também em encontro virtual, o plenário da ALBA aprovou o requerimento de urgência do novo pedido de empréstimo feito pelo Governo do Estado, no valor de R\$ 1,5 bilhão, junto ao Banco do Brasil (BB). A nova operação de crédito será votada em plenário nesta quarta-feira (17).

Presente na audiência pública desta terça (16), o deputado Rosemberg Pinto (PT), líder da bancada da maioria na Assembleia, aproveitou a apresentação realizada pelo secretário da Fazenda do Estado para sensibilizar os colegas de Parlamento quanto a importância de aprovação do empréstimo requerido pelo Poder Executivo.

“Dá um conforto para todos nós votarmos o empréstimo na próxima quinta-feira. Essa não é uma política de governo, é uma política de Estado. Queremos garantir a compra de vacinas, criar alternativas para gerar desenvolvimento e renda para essa população, que às vezes está sem trabalhar. Gostaria muito que nós tivéssemos o apoio de todos os 63 deputados, porque é fundamental a aprovação desse projeto para o desenvolvimento do Estado”, afirmou Rosemberg.

Manoel Vitório ainda sanou as dúvidas e os questionamentos dos parlamentares – a exemplo do deputado Luciano Simões Filho (DEM) que perguntou acerca de uma suposta queda da arrecadação; se as despesas com Saúde e Segurança Pública haviam sido realizadas mediante recursos extraordinários oriundos da União; e qual seria a relevância do ICMS da mineração como receita pública. A última pergunta motivou o deputado Zé Raimundo (PT) a propor um debate futuro acerca da tributação mineratória baiana. O deputado Tiago Correia (PSDB), por sua vez, questionou se o Governo do Estado teria planejado alguma medida para o amparo do setor produtivo. Como resposta, o secretário da Fazenda, em respeito à hierarquia, evitou entrar em detalhes sobre o acolhimento dos produtores.

“O nosso esforço principal é para socorrer aquelas pessoas que estão completamente desamparadas. Mas medidas econômicas de incentivo a alguns setores produtivos foram pensadas e devem ser anunciadas pelo próprio governador Rui Costa”, respondeu.

Além dos já citados, participaram do encontro os deputados Bobô (PC do B), Diego Coronel (PSD), Fabrício Falcão (PC do B), Marcelino Galo (PT), Maria del Carmen (PT) e Paulo Rangel (PT).

Foto: Assessoria

Veículo: Jornal A Tarde	Página: B2
Data: 18/03/2020	Caderno: Economia e Negócios

FAZENDA

Rui Costa anuncia linha de créditos para empreendedor

DA REDAÇÃO

Durante o "Papo Correria", encontro virtual em que o governador da Bahia, Rui Costa, responde a perguntas da população em transmissão online, o chefe do Executivo estadual anunciou ontem uma linha de créditos para microempreendedores e o adiamento do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As medidas foram explicadas pelo secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

"Nós estamos reforçando a ação da Desenhahia com a linha de crédito de R\$ 100 milhões para esse microcrédito da área de produção, comércio, prestação de serviço. Podem tomar recursos, até R\$ 521 mil, o ticket médio de quem normalmente opera nessa linha, quem toma

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 18/03/2021	Página: 02
Cita o secretário	

Tribuna

Pacote

Depois de receber muita pressão e ficar sem respostas para as acusações de pouca criatividade, o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória, parece que resolveu se mexer e apresentar ao governador Rui Costa (PT) propostas que podem livrar o governo do fiscalismo estéril, ainda mais sob uma pandemia avassaladora. Ontem, o governo anunciou que vai disponibilizar R\$ 100 milhões para energizar a economia baiana.

Precaução

Aliás, se tivesse um secretariado do nível do de João Doria (PSDB), em São Paulo, dificilmente o governador baiano seria alvo de críticas como as que recebeu ao, justificadamente, decretar o toque de recolher na Bahia. Ontem, quando retomou as medidas restritivas no estado paulista, Doria se fez acompanhar de um pacote fiscal, tributário e econômico para bares e restaurantes, além de salões, barbearias e salões de beleza, que resultaram em elogios ao invés de críticas.



Vacinação avança em Salvador

Após chegada de mais de 44 mil novas doses da vacina contra a Covid-19, idosos acima de 70 anos serão imunizados. O secretário municipal da Saúde, Léo Prates, prega cautela. **A4**

Rafael Martins / Ag. A TARDE

ALERTA MÁXIMO

Rede de saúde de Salvador perto do colapso

Em mais um dia com número elevado de pacientes aguardando regulação no sistema de saúde de Salvador, o prefeito Bruno Reis (DEM) afirmou que ainda não é possível descartar a possibilidade de colapso. **A4**

PANDEMIA Refinanciamento de dívidas tributárias é visto como solução para evitar 'quebradeira'

Empresários defendem novo Refis para aliviar crise

Em meio à retomada de medidas restritivas por estados e municípios por causa da explosão de casos e mortes, empresários de diversos setores veem como imprescindível um novo Refis para auxiliar na recuperação econômica. Esse tipo de ini-

ciativa permite a regularização de dívidas tributárias com benefícios, descontos e parcelamento. Nesta semana, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou que irá avançar na tramitação de uma proposta, apresentada por ele ainda

“O mundo quase acabou economicamente”

WILSON SPAGNOL, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Bahia (ABIH-BA)

no ano passado, de maneira independente da prometida reforma tributária. “Ficamos muito satisfeitos com a notícia de que o presidente do Senado vai retirar o Refis do âmbito da reforma tributária, que a gente não sabe quando vai

sair”, afirma Carlos Falcão, da Winners Engenharia Financeira e líder do Grupo Business Bahia. Falcão destaca que, dado o ineditismo do momento, um novo Refis torna-se ainda mais importante do que os programas anteriores. **B2**



Bahia e Vitória fazem clássico sofrível e de pouca emoção pelo Baianão

Christof Stache / AFP



CHAMPIONS

Bayern vence e mantém incrível série invicta

B5

APOIO

Estado adia cobrança de ICMS e oferece linha de crédito

O governador Rui Costa anunciou ontem linha de créditos para microempreendedores e o adiamento do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). **B2**



As duas equipes tiveram muita dificuldade para criar e finalizar

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

UM JORNAL DE OPINIÃO

CLÁUDIO ANDRÉ

“O renascimento do lulismo impacta as estratégias de Bolsonaro” **A2**

DIVALDO FRANCO

“O pensamento é força construtora para o bem-estar e para o oposto” **A3**

OPINIÃO \ LEITOR

“A carreta do dia 14 foi uma demonstração da perversidade dessas pessoas” **A2**

JÚLIO CESAR ROCHA

MUDANÇA NA SAÚDE

Parlamentares temem continuidade com novo ministro

Após confirmar que aceitou o convite para ser ministro da Saúde, o médico cardiologista Marcelo Queiroga deu declarações que deixaram parlamentares receo-

sos de como atuará na pasta. Em demonstração de alinhamento a Jair Bolsonaro, Queiroga descartou um lockdown nacional e garantiu seguir o presidente. **A7**

DECRETO

Rui Costa pede a prefeitos para que cumpram toque de recolher

A4

NEGÓCIOS

RedeMiX prepara inauguração de nova loja em Salvador

B2



Xando Pereira / Ag. A TARDE / 16.11.2016

LITERATURA

Fernando da Rocha Peres lança novo livro em live hoje à noite

B7

ISSN 1516947-2



ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

EM SEIS ANOS Copom eleva juros básicos da economia pela primeira vez

www.atarde.com.br/economia

TRIBUTOS Em meio à retomada de medidas restritivas, donos de negócios pedem prazo e flexibilidade nos pagamentos

Líderes empresariais defendem novo Refis para minimizar efeitos da pandemia

RODRIGO AGUIAR

Em meio à retomada de medidas restritivas por estados e municípios por causa da pandemia do novo coronavírus, empresários de diversos setores veem como imprescindível um novo Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para auxiliar na recuperação econômica.

Esse tipo de iniciativa permite a regularização de dívidas tributárias com benefícios, descontos e parcelamento. Nesta semana, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciou que irá avançar na tramitação de uma proposta, apresentada por ele ainda no ano passado, de maneira independente da prometida reforma tributária.

“Ficamos muito satisfeitos com a notícia de que o presidente do Senado vai retirar o Refis do âmbito da reforma tributária, que a gente não sabe quando vai sair”, afirma Carlos Falcão, da Winners Engenharia Financeira, e líder do Grupo Business Bahia.

Falcão destaca que, dado o ineditismo do momento, um novo Refis torna-se ainda mais importante do que os programas anteriores. Segundo o empresário, a pandemia trouxe, simultaneamente, restrições à atividade econômica, perda de faturamento, aumento de despesas com os protocolos necessários e a necessidade de pagamento dos tributos, como prevê a legislação.

Um dos segmentos mais afetados pela pandemia, o turismo sofreu de forma “avassaladora”, deixando as empresas do setor descapitalizadas, diz Wilson Spagnol, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE / 15.4.2020

Segundo especialistas, pandemia trouxe restrições à atividade econômica, perda de faturamento e mais custos

O programa de Recuperação Fiscal do governo federal permite a regularização de dívidas tributárias com benefícios, descontos e parcelamento

tria de Hotéis Bahia (Abih).

Um Refis teria a capacidade de “jogar o impacto da descapitalização para a frente mesmo”, enquanto o ramo aguarda uma retomada do movimento, que só deve ocorrer com o avanço da vacinação. “Caso alguém não tenha visto, o mundo quase acabou economicamente. Sete meses com tudo parado e agora a segunda onda”, afirma Spagnol.

De acordo com o dirigente da Abih, com a escassez de recursos, os estabelecimentos têm priorizado o pagamento de contas de água e

luz, além de pessoal.

“Em função da falta de liquidez, muita gente passou a se financiar com os impostos. Você fica no dilema: paga a folha ou os tributos”, reitera Waldomiro Araújo Filho, da indústria do vestuário. “Esses meses, algumas empresas dividiram a folha ou não conseguiram pagar”, acrescenta.

Waldomiro diz que o setor, que já passa por dificuldades há bastante tempo, chegou a ter uma melhora, mas somente para as maiores marcas, em um segmento dominado pelos pequenos

negócios, segundo o empresário. Os débitos, continua Waldomiro, impedem ações para a recuperação das empresas. “Quando você não está em dia com os tributos, não opera com nenhum banco oficial. O nosso setor está sendo empurrado para a informalidade, que cresceu demais”, aponta.

Além da pressão por um Refis federal, os empresários também reivindicam programas semelhantes de outras esferas de governo. “Tão importante quanto tentar superar esse momento é que as empresas tenham

condição de voltar a ter ritmo, assim que possível. E para isso, é fundamental que o estado, em qualquer das instâncias, procure apoiar as empresas nesse processo de retomada dentro do que está ao seu alcance”, defende Cláudio Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade na Bahia (Abap).

Instrumento

“Espero que o governo da Bahia também se sensibilize e lance o Refis estadual para as empresas baianas”, afirma Falcão. O presidente do Conselho de Assuntos Fiscais e Tributários da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Sérgio Pedreira, destaca que, por suas especificidades, o Refis é um instrumento necessário, mesmo com a existência de um programa de renegociação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

“Tem um programa da procuradoria, mas somente de débitos já inscritos na Dívida Ativa. É diferente do Refis, que tem regras mais específicas de parcelamento, descontos”, afirma. Também com assento na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pedreira aponta uma “ansiedade grande” do setor empresarial pelo Refis. “É uma necessidade grande do empresariado, que teve um ano muito difícil. As pessoas precisam resolver esses passivos para dar andamento aos negócios, tomar financiamentos”, diz. Ainda sem prazo para ser analisado pelo Congresso, o projeto do Refis de autoria do presidente do Senado já está sob a relatoria do líder do governo na Casa, Fernando Bezerra.

ATENDIMENTO

Grupo RedeMix investe em tecnologias

PRISCILA DÓREA

Inteligência artificial, etiqueta eletrônica, pagamento digital e sistema de autoatendimento. Estes são alguns dos serviços em que a rede RedeMiX – que está prestes a abrir sua 16ª loja no bairro da Vitória, em Salvador –, tem investido para fidelizar clientes e melhorar em áreas como logística, atendimento ao consumidor e agilidade operacional.

Procurar dar ao cliente uma experiência era a necessidade do grupo, e, de acordo com o diretor da RedeMiX, João Cláudio Nunes, a solução está na tecnologia. “Não é mais uma simples questão de vender, é uma prestação de serviço, e os empresários do ramo do varejo que entenderem isso serão aqueles que irão conseguir levar seus negócios para o futuro”, diz o diretor.

Por essa razão, tecnologias como a etiqueta eletrônica (que, além do preço, informa o estoque, ajudando cliente e funcionário) e sistema de autoatendimento, por exemplo, são investimentos que valem a pena, já que eles atraem e fidelizam o cliente, diz Nunes. Mas o diretor ressalta: é preciso ter plena noção da estrutura disponível. “Não adianta eu implantar uma



Leo Trindade / Divulgação / 3.12.2020

Pagamento digital e sistema de autoatendimento são alguns dos serviços da rede

coisa linda e maravilhosa e não ter uma estrutura que permita que eu dê continuidade ao serviço. Por isso, antes de implantarmos qualquer uma dessas tecnologias em uma das lojas, realizamos vários estudos e testes, já que uma vez que oferecemos um serviço, não tem retorno. Não podemos recuar e frustrar o

Grupo está prestes a abrir a 16ª loja, no bairro da Vitória, em Salvador

cliente”.

Um bom exemplo disso é o sistema de autoatendimento da rede – o self checkout –, que foi implantando em um projeto-piloto na loja em Alphaville, e que deu muito certo, mas que ainda não funciona em todas as lojas.

Estruturas diferentes

“As lojas possuem estruturas diferentes. A da Vitória é nova e já vai abrir com um equipamento desses, mas não posso simplesmente implantar em todas. Cada loja é uma loja e precisa de diversas modificações próprias para entregar um bom serviço desse tipo”, fala.

Outro investimento da empresa foi a criação da Rê, sua atendente virtual, que trouxe rosto e personali-

de para o atendimento da RedeMiX nas redes sociais, delivery e SAC. Criada a partir de pesquisas de perfil dos consumidores da rede, a idealização da Rê é a de uma mulher decidida e independente, de 35 anos, casada e mãe de dois filhos.

“O varejo físico é de aproximação, um atendimento humanizado, que se torna frio no digital. Então, a Rê veio trazer esse calor que humaniza nossa relação com os clientes online”, conta o diretor. O mercado do varejo é de grande concorrência, e como diretor, Nunes entende que eles – apesar do número de lojas – são uma empresa menor, e que isso é uma vantagem. “Por sermos menores, estamos mais próximos do funcionamento”.

FAZENDA

Rui Costa anuncia linha de créditos para empreendedor

DA REDAÇÃO

Durante o “Papo Correria”, encontro virtual em que o governador da Bahia, Rui Costa, responde a perguntas da população em transmissão online, o chefe do Executivo estadual anunciou ontem uma linha de créditos para microempreendedores e o adiamento do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As medidas foram explicadas pelo secretário da Fazenda, Manoel Vitória.

“Nós estamos reforçando a ação da Desenhavia com a linha de crédito de R\$ 100 milhões para esse microcrédito da área de produção, comércio, prestação de serviços. Podem tomar recursos, até R\$ 521 mil, o ticket médio de quem normalmente opera nessa linha, quem toma um recurso de R\$ 4 mil baseado nesse ticket médio”, disse o secretário.

“Esse ticket médio, nós estimamos uns 25 mil beneficiários. É para ajudar aquele microempreendedor que está com dificuldade nesse momento”, contou Manoel Vitorino. Já com o adiamento do ICMS, serão contemplados os empresários de rede de hotelaria, restaurantes, bares e lanchonetes.

IMPORTAÇÃO

Máquina, computador e celular têm tarifa reduzida

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

A partir da próxima semana, bens de capital e equipamentos de informática e telecomunicações comprados no exterior pagarão 10% a menos de Imposto de Importação para entrarem no país. A medida foi aprovada ontem em reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex).

Os bens de capital são máquinas e equipamentos usados na produção. Em nota, o Ministério da Economia informou que a medida vai reduzir custos e aumentar a competitividade de diversos setores da economia e beneficiar os consumidores, que pagarão menos para comprar itens como computadores e celulares. Por causa da desvalorização do real no último ano, esses produtos tiveram alta considerável de preços no país.

Ao todo, 1.495 produtos, incluídos os subtipos, tiveram a alíquota (taxa) de importação reduzida. Por envolver bens de capital e bens de informática e de telecomunicações, a medida não dependeu de negociação com os demais parceiros do Mercosul.

Veículo: Site A Tarde	Online
Data: 18/03/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Da Redação Qui , 18/03/2021 às 06:59 | Atualizado em: 18/03/2021 às 07:16

Governo estadual prorroga recolhimento de ICMS e beneficia municípios



O governador Rui Costa anunciou medidas que vão beneficiar municípios atingidos por medidas restritivas em função da pandemia do Coronavírus, a exemplo do toque de recolher e do fechamento do comércio não essencial, além de quase 60 mil empresas varejistas e 25 mil microempreendedores. O gestor estadual prorrogou o recolhimento do **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, que seria nos meses de março e abril, para agosto.

A decisão anunciada acontece no âmbito do Programa Bahia Solidária e o recolhimento do ICMS ainda será feito de forma parcelada em três vezes iguais. Também será concedida a manutenção por 30 dias da validade de certidões negativas de tributos estaduais.

“Nós estamos atentos e sensíveis a todas as necessidades da população. Estas medidas visam amenizar essas necessidades, especialmente dos micro e pequenos empresários. Este é um esforço fiscal gigantesco, pois estamos com dificuldade no fluxo de caixa. Então, o que nós estamos fazendo é um adiamento e um parcelamento do pagamento naquelas cidades onde

houve interrupção, por decreto estadual, do funcionamento nos dias úteis, de segunda a sexta-feira. Isso aconteceu em municípios das regiões Metropolitana de Salvador, de Guanambi, de Juazeiro e de Senhor do Bonfim”, disse Rui Costa, durante o programa Papo Correria, de quarta-feira (17).

Microcrédito - Na área de microcrédito, por meio da Desenbahia, serão disponibilizados R\$ 100 milhões em linha de crédito especial destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o Estado. O programa de financiamento destina-se a financiar capital fixo e de giro, com valores entre R\$ 500 e R\$ 21 mil e juros de 2% ao mês.

O crédito deverá alcançar microempreendedores das áreas de produção, comércio ou prestação de serviços e tem como objetivos o crescimento e a consolidação dos empreendimentos de pequeno porte, com base em investimentos de pequeno valor, de forma ágil e desburocratizada, estimulando a geração de ocupação e renda. Maiores informações sobre a linha de crédito da Desenbahia podem ser obtidas pelo telefone 08002840011.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/09/2020	Caderno: Notícias

ANUNCIADAS AÇÕES PARA VAREJISTAS E EMPREENDEDORES

BENEFÍCIO O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que deveria ser recolhido nos meses de março e abril, será prorrogado para agosto e parcelado em três vezes iguais. A medida visa beneficiar 60 mil empresas varejistas e 25 mil microempreendedores.

A decisão, anunciada pelo governador Rui Costa e que acontece no âmbito do Programa Bahia Solidária, é válida para setores e municípios atingidos por medidas como o toque de recolher, que vai até o dia 1º de abril no estado, e o fechamento do comércio não essencial, até a segunda-feira (22), em Salvador e na região metropolitana.

Na área de microcrédito, por meio da Desenbahia, serão disponibilizados R\$ 100 milhões em linha de crédito especial destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o estado.

Veículo: Rádio Tropical SAT - Juazeiro	Programa: Revista Tropical
Data: 17/03/2021	Apresentador: --
Assunto: Rui Costa anuncia linha de crédito para os <u>microempreendedores.</u>	

Data: 17/03/2021

Horário: 13:39:32

Emissora: Rádio Tropical SAT - Juazeiro

Programa: Revista Tropical

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Rui Costa anuncia linha de crédito para os **microempreendedores.**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/03/2021	



Governo anuncia medidas que beneficiam quase 60 mil empresas varejistas e 25 mil microempreendedores

17 março 2021



Foto: Josenildo Jr.

O **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** que deveria ser recolhido de 60 mil empresas varejistas nos meses de março e abril será prorrogado para agosto. A decisão anunciada pelo governador Rui Costa no programa Papo Correria desta quarta-feira (17), acontece no âmbito do Programa Estado Solidário e é válida para setores e municípios atingidos por medidas como o toque de recolher e o fechamento do comércio não essencial. A partir de agosto, o recolhimento ainda será feito de forma parcelada em três vezes iguais. Também será concedida manutenção por 30 dias da validade de certidões negativas de tributos estaduais.

Na área de microcrédito, por meio da Desenbahia, serão disponibilizados R\$ 100 milhões em linha de crédito especial destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o estado.

Rui destacou o momento difícil que o País está passando e falou que a Bahia está fazendo a sua parte. “Nós estamos atentos e sensíveis a todas as necessidades da população. Essas medidas visam amenizar essas necessidades, especialmente dos micro e pequenos empresários. Este é um esforço fiscal gigantesco, pois estamos com dificuldade no fluxo de caixa. Então, o que nós estamos fazendo é um adiamento e um parcelamento do pagamento naquelas cidades onde houve interrupção, por decreto estadual, do funcionamento nos dias úteis, de segunda a sexta-feira. Isso aconteceu em municípios das regiões Metropolitana de Salvador, de Guanambi, de Juazeiro e de Senhor do Bonfim”.

Sobre o microcrédito disponibilizado pela Desenbahia, o programa de financiamento destina-se a financiar capital fixo e de giro, com valores entre R\$ 500 e R\$ 21 mil e juros de 2% ao mês. O crédito deverá alcançar microempreendedores das áreas de produção, comércio ou prestação de serviços, e tem como objetivos o crescimento e a consolidação dos empreendimentos de pequeno porte, com base em investimentos de pequeno valor, de forma ágil e desburocratizada, estimulando a geração de ocupação e renda.

Maiores informações sobre a linha de crédito da Desenbahia podem ser obtidas pelos telefones 3103 1001 e 0800 285 1626.

Repórter: Raul Rodrigues

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 18/03/2021	Página: 06

Tribuna

APOIO

Rui prorroga ICMS de 60 mil empresas varejistas

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que deveria ser recolhido de 60 mil empresas varejistas nos meses de março e abril será prorrogado para agosto. A decisão anunciada pelo governador Rui Costa no programa Papo Correria desta quarta-feira (17), acontece no âmbito do Programa Bahia Solidária e é válida para setores e municípios atingidos por medidas como o toque de reco-

lher e o fechamento do comércio não essencial. A partir de agosto, o recolhimento ainda será feito de forma parcelada em três vezes iguais. Também será concedida manutenção por 30 dias da validade de certidões negativas de tributos estaduais.

Na área de microcrédito, por meio da Desembahia, serão disponibilizados R\$ 100 milhões em linha de crédito especial destinada a 25

mil microempreendedores formais e informais de todo o estado.

Rui destacou o momento difícil que o País está passando e falou que a Bahia está fazendo a sua parte. "Nós estamos atentos e sensíveis a todas as necessidades da população. Essas medidas visam amenizar essas necessidades, especialmente dos micro e pequenos empresários. Este é um esforço fis-

cal gigantesco, pois estamos com dificuldade no fluxo de caixa. Então, o que nós estamos fazendo é um adiamento e um parcelamento do pagamento naquelas cidades onde houve interrupção, por decreto estadual, do funcionamento nos dias úteis, de segunda a sexta-feira. Isso aconteceu em municípios das regiões Metropolitana de Salvador, de Guanambi, de Juazeiro e de Senhor do Bonfim".

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 18/03/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 18 de Março de 2021 - 07:00

Prazo de recolhimento do ICMS é prorrogado até setembro pelo governo da Bahia



O prazo para o recolhimento do **ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)** por contribuintes da Bahia sujeitos ao regime de conta-corrente fiscal de apuração do tributo foi prorrogado. Agora, os pagamentos referentes a fatos ocorridos em março deste ano e que deveriam ser pagos até o dia 9 de abril poderão ser efetuados até 9 de setembro de 2021.

A medida, anunciada nesta terça-feira (18) pelo governador Rui Costa (PT), foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta ([veja aqui](#)).

Por meio do decreto, o gestor também prorrogou o prazo de recolhimento do ICMS decorrente de operações sujeitas ao pagamento por antecipação tributária parcial e que encerre a fase de tributação, de responsabilidade do destinatário, nas aquisições interestaduais de mercadorias com vencimento original em 25 de março e 25 de abril deste ano. Os novos prazos são 25 de agosto e 27 de setembro, respectivamente.

Além disso, o governo do estado permitiu que os contribuintes dividam o imposto em até três parcelas mensais e consecutivas. No caso dos contribuintes sujeitos ao regime de conta-corrente, as parcelas vencerão em 9 de setembro, 11 de outubro e 9 de novembro. Já no caso do imposto sobre operações sujeitas à antecipação tributária, aqueles que vencem em março deverão ser pagos em 25 de agosto, 27 de setembro e 25 de outubro. Já aqueles com vencimento em abril deverão ser pagos em 27 de setembro, 25 de outubro e 25 de novembro.

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 18/03/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 18 de Março de 2021 - 07:20

Rui lembrou da economia na pandemia; empresariado agradece

por **Fernando Duarte**

Demorou um ano de amarguras para a economia para que o governo da Bahia tomasse uma iniciativa mais concreta para tratar de contrapartidas para as medidas restritivas. No mesmo dia em que São Paulo anunciou apoios a empresas afetadas pela crise, o governador Rui Costa compartilhou até de maneira descompromissada um pacote similar. É uma ajuda extremamente tardia, porém necessária. Pena que a transparência não foi algo destacável neste anúncio. E será certamente ofuscado pela marqueteira ação de João Doria.

Já não é novidade que diversos setores da economia baiana foram duramente afetados pela pandemia. As empresas varejistas ganharam um **prazo maior para pagar o ICMS** nos meses de março e abril. É um sinal de que muito possivelmente as restrições vão se alongar por mais tempo, mas esse não é o tema desta coluna. Em agosto, os empresários quitarão esses débitos em três parcelas, junto com os recolhimentos dos respectivos meses. Tudo isso sem necessariamente termos vivido uma retomada econômica. É claro que o governo não poderia abrir mão da receita. Entretanto, foi uma medida aguardada demais para ser tão tímida.

Outro ponto que finalmente aconteceu foi a liberação de microcrédito do Desenbahia para microempreendedores formais e informais. Esse programa poderia ter sido ofertado há mais tempo, pois as áreas de produção, comércio ou prestação de serviços, que serão beneficiadas, estão esperando por algum tipo de contrapartida desde o início das medidas restritivas - há exatos 12 meses. Serão R\$ 100 milhões, com parcelas e juros, em tese, mais baixos do que o mercado financeiro regular. Contando com a tradicional burocracia e as dificuldades para acesso ao banco de desenvolvimento local, resta-nos torcer para que os empresários consigam obter o crédito e não fique apenas na promessa.

Ao invés de falar diretamente aos setores interessados e à imprensa sobre o pacote de medidas, deixando espaço para eventuais dúvidas, Rui optou por fazer o anúncio numa edição extraordinária do "Papo Correria", programa nas redes sociais que ele apresenta sem um padrão de dia e horário ao longo dos últimos anos. A forma de apresentar, inclusive, se assemelhou a um dos alvos preferenciais das críticas do governador baiano, o presidente Jair Bolsonaro. Tal qual o ocupante do Palácio do Planalto, que faz anúncios relevantes para a nação em um bate-papo com o "povo", Rui trouxe um pacote tão importante como um pronunciamento público despreocupado. Se for a lógica de conversar diretamente com a população, talvez fosse bacana conversar com os potenciais beneficiários das medidas antes.

Apesar dos pesares e da demora, a iniciativa precisa ser celebrada. Já não era sem tempo o momento em que a Bahia daria algum tipo de benesse à economia já combalida pela interminável crise. Enquanto a União e até mesmo a prefeitura de Salvador tinham dado sinais de ajuda, só agora Rui resolveu tirar o escorpião do bolso do estado...



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faeconosco)

quinta-feira, 18 de mar?o de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

COMÉRCIO E INDÚSTRIA BAIANAS QUEREM ISENÇÕES IMPOSTOS DO ESTADO E PMS

Entidades do Comércio e da Indústria reivindicam medidas emergenciais ao Governo do Estado e Prefeitura de Salvador para salvar as empresas

Tasso Franco , da redação em Salvador | 13/03/2021 às 15:12



Lockdown quebrou a cadeia produtiva

Foto: BJA

Por meio de ofícios enviados ao Governador da Bahia, Rui Costa, e ao Prefeito de Salvador, Bruno Reis, as entidades do comércio - Fecomércio-BA, FCDL Bahia, CDL Salvador e Associação Comercial da Bahia -, a Abrasce (Associação do Shoppings Centers - capítulo Bahia) e a FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia) pleiteiam isenções, parcelamento de impostos, entre outras medidas urgentes, a fim de que as empresas baianas possam sobreviver e manter empregos. As entidades manifestam que são contrárias ao lockdown do comércio e defendem o início do plano de retomada das atividades econômicas, de forma responsável, seguindo os protocolos. Os reflexos da crise já refletem na cadeia produtiva da indústria, uma vez que o comércio não absorve mais, da mesma forma, a produção industrial.

Dentre os 16 pleitos enviados ao Governo do Estado, destacam-se o parcelamento de tributos; prorrogação automática de licenças, certidões e do prazo de recolhimento do ICMS para estabelecimentos prejudicados pela crise sanitária. As entidades também sugerem a isenção do recolhimento da parcela referente ao ICMS no Simples Nacional durante a pandemia, além da manutenção da isenção de ICMS para promotores de feiras e a criação de Programa de Refinanciamento de Dívidas para Débitos Vencidos até 28/02/2021, com parcelamento das dívidas de ICMS em até 60 meses.

No que diz respeito ao crédito, é solicitada a criação de linha na Desenhavia para financiamento da folha e capital de giro, além de um fundo de aval a ser operado pela agência de fomento estadual. São pleiteadas, ainda, a isenção da conta de água de todos os estabelecimentos dos setores afetados pela pandemia, incluindo os débitos de água de março/2020 até o fim de fevereiro de 2021, além da isenção da tarifa de contingência.

Ao Prefeito de Salvador, as entidades representantes do setor produtivo pleiteiam auxílio de R\$1 mil a trabalhadores desempregados, assim como feito ao Governo do Estado. Também pedem suspensão dos atos administrativos de cobranças de dívidas protestadas; parcelamento de tributos; prorrogação automática de licenças obrigatórias, certidões e do prazo de recolhimento de TFF e IPTU, entre outras medidas.

Para o retorno imediato das atividades em Salvador, as instituições apoiam a criação de um escalonamento para o funcionamento das empresas, dividido por atividades (comércio de rua, shoppings centers e centros comerciais) com diferenciações para cada área geográfica, contribuindo para minorar as aglomerações no serviço de transporte público.

Veículo: Política Livre	
Data: 18.03.2021	Caderno: Economia



Paulo Câmara diz que carga do ICMS sobre gasolina na Bahia é a segunda maior do Brasil: ‘Estado perde competitividade’

BAHIA

O deputado estadual Paulo Câmara (PSDB) afirmou nesta quinta-feira (18) que a carga do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a gasolina na Bahia é a segunda maior do Brasil. Do valor total do litro do combustível cobrado hoje no estado, quase R\$ 1,7 vai para os cofres do governo baiano, que só perde para o Rio de Janeiro, que fica com cerca de R\$ 1,81.

A Bahia tem alíquota de 28% sobre o valor do litro do combustível, enquanto o Rio de Janeiro fica com 34%. O parlamentar informou ainda que, na Bahia, o ICMS sobre o diesel é o terceiro maior do país, com alíquota de 18%, perdendo apenas para o Amapá (25%) e para o Maranhão (18,5%).

“Quando coloca na bomba, levando em conta o preço atual, quase R\$ 0,70 vai para os cofres do estado. O governo federal zerou o imposto sobre o diesel, e na gasolina cobra em torno de 11,77%. Ou seja: na Bahia, o imposto sobre a gasolina é mais do que o dobro do cobrado pela União”, diz o deputado.

Câmara destaca que buscou este levantamento diante das notícias em torno dos preços elevados dos combustíveis no estado. “Com isso, a arrecadação da Bahia é de R\$ 5 bilhões. Se esse dinheiro fosse revertido para o bem da população, tudo bem. Mas o que a gente vê é completamente diferente. A Bahia perde competitividade, deixa de gerar emprego e deixa de gerar renda. A Bahia precisa avançar”, enfatizou.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/03/21	



LEÃO DIZ QUE OBRAS DA PONTE SALVADOR ITAPARICA VÃO COMEÇAR ATÉ O FINAL DO ANO



admin 18 Março, 2021

O vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico João Leão (PP), e Marcus Cavalcanti, secretário de Infraestrutura, se reuniram com executivos da CR20 e CRCC, duas das empresas chinesas que compõem o consórcio que irá construir a ponte Salvador-Ilha de Itaparica, para tratar de assuntos técnicos e burocráticos, necessários para o início das obras.

“Estamos seguros do início das obras até o final do ano. A pandemia atrapalhou o cronograma, mas o governador Rui Costa está empenhado em vacinar todo o povo baiano e, juntos, vamos vencer o coronavírus e iniciar essa importante e estruturante obra para o crescimento econômico do nosso estado, para a geração de emprego e para a integração do desenvolvimento com as cidades do interior”, disse Leão.

“Reuniões como essa nos permite realizar o acompanhamento do processo anterior à execução da obra, que também é importante. Em breve os baianos poderão acompanhar o andamento da construção da ponte Salvador – Ilha de Itaparica que permitirá um crescimento e um maior desenvolvimento ao estado”, ressalta Marcus Cavalcanti.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/03/21	



CHINESES SE REÚNEM COM O ESTADO PARA TRATAR SOBRE PONTE



admin 17 Março, 2021

Executivos da CR20 e CRCC, duas das empresas chinesas que compõem o consórcio que irá construir a ponte Salvador-Ilha de Itaparica, se reuniram com o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, e Marcus Cavalcanti, secretário de Infraestrutura, nesta quarta-feira (17). Segundo a SDE, o encontro serviu para tratar de assuntos técnicos e burocráticos, necessários para o início das obras.

“Estamos seguros do início das obras até o final do ano. A pandemia atrapalhou o cronograma, mas o governador Rui Costa está empenhado em vacinar todo o povo baiano e, juntos, vamos vencer o coronavírus e iniciar essa importante e estruturante obra para o crescimento econômico do nosso estado, para a geração de emprego e para a integração do desenvolvimento com as cidades do interior”, disse Leão.

“Reuniões como essa nos permite realizar o acompanhamento do processo anterior à execução da obra, que também é importante. Em breve os baianos poderão acompanhar o andamento da construção da ponte Salvador – Ilha de Itaparica que permitirá um crescimento e um maior desenvolvimento ao estado”, ressalta Marcus Cavalcanti.

Hora de acordar

Integrantes da cúpula do Ministério da Infraestrutura enviaram sinais de alerta a lideranças políticas e empresariais da Bahia na tentativa de despertá-los para a necessidade de defender com firmeza a Fiol. O aviso foi dado diante dos indícios de que há em curso uma eventual campanha articulada com setores da imprensa para atrapalhar o leilão do primeiro trecho da ferrovia, previsto para 8 de abril. Embora não veja risco potencial à concessão, o núcleo-duro da pasta acha que o pouco empenho da tropa baiana é o único ponto vulnerável da Fiol.

24h

ECONOMIA

14

BC eleva juro básico após seis anos e Selic vai a 2,75%

BANCO CENTRAL Mesmo com a atividade econômica novamente freada pelo agravamento da pandemia de covid-19, o Banco Central (BC) se viu forçado a elevar os juros da economia para tentar conter a ameaça da inflação - e surpreendeu no tamanho do ajuste. Com a alta persistente de preços, o Comitê de Política Monetária (Copom) não só elevou ontem a Selic (taxa básica de juros) em 0,75 ponto porcentual, para 2,75% ao ano, mas também indicou uma nova rodada de aperto para o mês de maio.

O "cavalo de pau" na política de estímulo veio 21 dias após a sanção da autonomia formal do Banco Central pelo presidente Jair

Comitê de Política Monetária também indicou uma nova rodada de aperto para maio

Bolsonaro, com a bandeira de garantir a condução da política de juros sem pressões políticas. O aumento foi o primeiro em quase seis anos: a última vez que o BC precisou elevar juros foi em julho de 2015, ainda sob o governo Dilma Rousseff.

Desde agosto do ano passado, a Selic estava estacionada em 2%, no menor nível da série histórica. Na prática, quanto menores são os juros básicos da economia, mais barato fica o crédito para empresas e famílias. Por isso, o relaxamento na política do Banco Central abriu caminho ao crescimento dos financiamentos no auge da crise e ajudou a segurar as quedas na atividade e no emprego.

Nos últimos meses, porém, a inflação acelerou e virou o calcanhar de aquiles do presidente Jair Bolsonaro. Cobrado nas redes sociais pela

alta da inflação, com vídeos que intitulam o movimento de alta dos preços como "Bolsocaro", o presidente já reclamou em público diversas vezes do reajuste dos preços de combustíveis e alimentos.

No comunicado da decisão, o BC argumentou que a elevação mais forte tem o efeito positivo de evitar justamente que a inflação estoure o teto da meta neste ano. E já anunciou que, a não ser que as condições mudem significativamente, uma nova elevação de 0,75 ponto deverá ser aplicada na próxima reunião, levando a taxa para 3,50% em maio.

O Copom também reconheceu que o agravamento da pandemia pode atrasar o processo de recuperação da atividade econômica, o que colocaria a inflação abaixo da meta e prescreveria a continuidade do estímulo.

Governo mantém projeção de alta do PIB, mas inflação preocupa

ESTUDO O Ministério da Economia manteve em 3,2% a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021. A informação foi divulgada, ontem, pela Secretaria de Política Econômica da pasta. Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, o ministé-

rio elevou sua projeção de 3,23% para 4,4% em 2021.

"As incertezas são elevadas com os desafios de enfrentamento à pandemia, mas deve-se considerar os indicadores no primeiro bimestre que apontam continuidade da recuperação da atividade econômica", informou o ministério.

De acordo com a área econômica, a manutenção de uma "política monetária em terreno acomodaticio", ou seja, juros baixos, a expansão da vacinação, o controle dos gastos públicos e a continuidade das reformas estruturais "possibilitarão a elevação da confiança e maior vigor da atividade ao longo de 2021".

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

BC surpreende e passa recado

A alta de juros era esperada. Mesmo assim, o Banco Central surpreendeu duplamente. Pela decisão de elevação em 0,75%, que era a aposta de um grupo pequeno no mercado, e por indicar que será mais rápido o ajuste da política monetária. O Banco Central preferiu fazer um movimento mais decidido, para aumentar as chances de cumprimento da meta de inflação e, ao mesmo tempo, combater a piora da confiança na economia brasileira. A alta de juros ocorre no pior momento da pandemia, com os governadores e prefeitos decretando paralisação de atividades, para tentar conter o colapso.

Difícil explicar como os juros podem subir numa hora dessas. A economia está parando, as expectativas de crescimento piorando e a pandemia se agravando. Pelo comunicado, a piora da pandemia pode reduzir a atividade e, portanto, a pressão inflacionária, porém o risco fiscal está elevado no país. Não só pelo aumento dos gastos necessários para combater a pandemia, mas porque os sinais de ajuste futuro não estão claros. Pelo contrário.

A encrenca do BC é que é cada vez mais comum a previsão de

que os dois primeiros trimestres terão PIB negativo. Ou seja, a economia está recessiva. Mesmo assim, os preços dos alimentos e de matérias-primas sobem, e o câmbio está muito pressionado. Houve complicadores na decisão do Copom. Essa foi a primeira reunião após a aprovação da autonomia do Banco Central. A alta dos juros alimentará, portanto, as críticas ao órgão. E mais: nos Estados Unidos a decisão foi oposta. A economia está com forte projeção de crescimento e tem pressões inflacionárias, mas a decisão foi a de manter os juros no intervalo entre zero e 0,25%. E lá a vacinação está andando de forma célere depois da posse do presidente Joe Biden. O novo governo mudou completamente a orientação no combate à

pandemia.

Aqui no Brasil, o ministro Paulo Guedes descreve uma realidade paralela. Segundo ele a economia está "decolando de novo" e houve criação recorde de empregos. Se o cenário fosse esse, seria até mais fácil para o Banco Central ter tomado a decisão que tomou, de elevar a Selic, como resposta aos sinais persistentes de inflação. O Ministério da Economia divulgou esta semana com fanfarras o dado de 260 mil empregos formais criados em janeiro, segundo o Caged. Teria sido o maior da série, passando inclusive janeiro de 2010, ano em que o país cresceu 7,5%. Que sentido faz isso? Os especialistas mostram que há vários problemas no dado.

— Houve uma quebra de série, a metodologia mudou no ano

passado, portanto, não se pode fazer comparação histórica — diz o economista Bruno Ottoni, do Ibre/FGV.

Ele explica que a comparação da série antiga com a série nova, com base nos dados de 2019, quando ambas andaram juntas, mostra uma diferença de 74% a mais no saldo de empregos na nova forma de registro. O antigo Caged era feito com base nas declarações das empresas formais sobre contratações e demissões. O novo é feito a partir do e-social e conta também os temporários. É normal haver mudança metodológica, mas o que se faz é manter a série anterior por mais tempo para que os especialistas possam comparar e entender com se comporta o novo indicador. Quando o IBGE passou da Pesquisa Mensal de Em-

prego (PME) para a PNAD Continua, que agora mede o desemprego, o indicador antigo ficou por quatro anos. No caso atual ficou apenas alguns meses. O pior erro técnico, contudo, é comparar com a série histórica depois de ter mudado a metodologia do índice. Marqueteiros fazem isso, economistas, não.

O economista Daniel Duque, da FGV, admite que parou de prestar atenção no saldo do Caged, porque ele acha que não há nada que explique números tão fortes. Há total discrepância entre o Caged e os dados de mercado formal na Pnad do IBGE. O instituto registra queda de trabalhadores do mercado formal.

A alta de juros ocorre num momento em que o presidente continua boicotando medidas de combate à pandemia e dá sempre sinais contraditórios na área fiscal. A melhor política de estímulo ao crescimento e ao emprego seria uma coordenação federal eficiente no combate à pandemia, e um amplo programa de vacinação. Adianta pouco Guedes falar agora que é a favor da vacinação em massa. O Ministério da Economia, se tinha noção disso, deveria ter tentado convencer o presidente a mudar de atitude.

ECONOMIA

Brasileiros dizem que país deve ter indústria forte e com apoio

PESQUISA Os brasileiros consideram a indústria como um setor importante para o crescimento econômico e acreditam que a indústria nacional merece mais apoio. Isso é o que aponta a pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira: indústria brasileira na visão da população, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com o levantamento, nove em cada dez brasileiros concordam totalmente ou em parte que ter uma indústria forte deve ser prioridade para o país. O levantamento ainda aponta que mais de nove em cada dez brasileiros consideram que a indústria é importante para a criação de empregos, para o crescimento econômico, melhoria do padrão de vida e para inovação. A indústria e agropecuária foram eleitas como os setores mais importantes para o crescimento econômico do Brasil. Segundo a pesquisa, a indústria foi citada como setor mais importante por 24% dos entrevistados.



Governo espera que os produtos importados fiquem mais baratos

Imposto sobre computadores e celulares cai 10%

COMITÊ DE PESSOAS APROVA SILVA E LUNA

PETROBRAS O Comitê de Pessoas da Petrobras aprovou o nome do general Joaquim Silva e Luna para integrar o conselho de administração e a presidência da companhia. Luna foi apontado no final de fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro para assumir os cargos após o encerramento do mandato do atual CEO, Roberto Castello Branco, com quem Bolsonaro teve atritos relacionados à política de preços de combustíveis. Segundo o conselho, foram verificados os "preenchimento dos requisitos" e a "não existência de vedações" para que o general ocupe o cargo.

ELETRÔNICOS O Ministério da Economia anunciou ontem redução de 10% na alíquota do imposto de importação cobrado sobre eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos. De acordo com o governo a medida atinge bens utilizados por todos os setores da economia brasileira, desde celulares e computadores até equipamentos médicos, máquinas para pavimentação, guindastes e escavadeiras. A decisão, tomada pelo Comitê-Executivo de Gestão (Geceex) da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex), deve ser publicada no Diário Oficial da União de hoje e entrar em vigor na próxima semana.

Segundo o Ministério da Economia, atualmente as tarifas de importação variam de zero a 16%. Com a redução aprovada: uma máquina sobre a qual incide hoje 10%

de imposto importação, passará a ter alíquota de 9%; um eletrônico cuja importação exige pagamento de 16% do imposto, passará a 14,4%.

Além disso, no caso dos produtos sobre os quais incide hoje imposto de importação de 2%, a alíquota passará a ser zero.

O governo espera que a redução no imposto faça com que produtos importados fiquem mais baratos no mercado interno e que isso leve a aumento da produtividade no país.

A decisão envolve 1.495 produtos cuja redução de imposto não depende de negociação com os demais parceiros do Mercosul.

"O objetivo é aumentar a produtividade não apenas desses setores, mas de toda a economia, beneficiando também os consumidores brasileiros", informou o Ministério da Economia.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO TEM QUEDA DE 8%

BALANÇO A produção média de petróleo no Brasil somou 2,73 milhões de barris de petróleo por dia em fevereiro, queda de 8% ante o mesmo mês do ano anterior, apontaram dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nesta quarta-feira (17). Somando a produção de petróleo e gás, o país produziu média de 3,55 milhões de barris de óleo equivalente (boe/d) no segundo mês do ano, queda de 6% na comparação com um ano antes. Do total produzido, um volume de 2,6 milhões de boe/d, ou 73%, veio do pré-sal.

CARNE SUÍNA GANHA ESPAÇO NA MESA DO BRASILEIRO

CONSUMO Mais barata, a carne suína ganhou espaço na compra de supermercado do brasileiro no último semestre. Segundo monitoramento da Horus, empresa de inteligência de mercado que faz o levantamento com base em notas fiscais no varejo, em julho do ano passado, a cada cem compras de supermercado, uma tinha carne de porco. Neste ano, esse índice subiu para cerca de duas compras com carne suína a cada cem.

Luíza Zacharias, diretora da Horus, atribui a mudança ao poder de compra. "Ambas as carnes subiram de preço, mas a bovina tem patamar mais alto. O filé mignon de suíno, por exemplo, fica entre R\$ 20 e R\$ 25 o quilo em média. Já o bovino vai para R\$ 60 a R\$ 70", afirma.

Até 2019, o Brasil ocupava a quarta colocação no ranking mundial da carne suína, segundo estudo do Bureau Australiano de Ciências e Economia Agrícola e de Recursos.

Até 2019, o Brasil ocupava a quarta colocação no ranking mundial da carne suína

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VITORINO-BA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021PE
O município de Manoel Vitorino publica a realização de Pregão Eletrônico no dia 30 de março de 2021, às 09:00h, para contratação de empresa (s) do ramo para fornecimento de materiais para construção, pintura, reparos elétricos e a manutenção do sistema de furação pública. 15 de março de 2021. Jamile Carvalho de Queiroz Ribeiro - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 - PA Nº 0350/2021 Sessão - dia 30 de março de 2021, às 10h30min. Objeto: Seleção das melhores propostas de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura contratação de empresas para execução de: Tintas Plásticas para detecção do Novo Coronavírus murato - Soro-CoV-2 (COVID-19) do tipo IgG; Igar, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município Local de Distrito: <http://www.município.com.br/portal/secretaria-saude/contato/index.php>, informações com a Comissão Permanente de Licitação, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail: cpel@senhor.com, ou pelo tel. (74) 3541-8726. Atividade Novo Município - Pregoeira - Publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO ROCHA
CNPJ Nº: 14.234.856/001-69
A Prefeitura de Barra do Rocha/BA, torna público que realizará licitação na modalidade Carta Corrente nº 001/2021, no dia 25 de março de 2021, às 08:30 horas (horário de Brasília). Objeto: Contratação de empresa visando à aquisição de gases inertes, congelados, destinados à distribuição das famílias carentes no período da Semana Santa, através da Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social deste Município. O Edital está disponível no Portal de Transparência Municipal www.barrarocha.ba.gov.br. Outras informações na Prefeitura Municipal Fone: (73) 3202-2196, ou pelo e-mail: licitacao@barra.ba.gov.br. Edson Leal Ramos Meira, Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021 - SRP O Pregoeiro do Município de Maracás - BA, realizará licitação nº 862068 - Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021, no dia 30/03/2021 às 08:30h, para Aquisição futura de Equipamentos de Informática e Periféricos, destinado a manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito, Unidades de Saúde de Família, Hospital Municipal, Vigilância de Saúde, CAPS, Secretaria de Saúde, Escolas de Educação Básica e de Ensino Infantil da sede e zona rural e setores ligados à Educação do Município, através do SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante do Edital. Edital disponível nos sites: www.maracas.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Maiores informações T: (73)3533-2121 - ANTONIO LUIZ NUNES GOMES - Pregoeiro.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021 - SRP O Pregoeiro do Município de Maracás - BA, realizará licitação nº 862152 - Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021, no dia 30/03/2021 às 14:00h, para Contratação futura de prestação jurídica para contratação de multa e bônus, confeccionado em tubos de aço reforçados, destinados para manutenção das estradas vicinais do Município de Maracás, através do SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante do Edital. Edital disponível nos sites: www.maracas.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Maiores informações T: (73)3533-2121 - ANTONIO LUIZ NUNES GOMES - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO/BA
AVISO DE CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2021 - A Prefeitura Municipal de São Desidério, Estado do Bahia, através do seu comitê de licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do Edital do Pregão Presencial PP nº 008/2021 tendo por objeto a contratação de prestação jurídica para o fornecimento de peças, filtros, baterias e lubrificantes, destinados para manutenção de frota de veículos pertencentes ao município de São Desidério, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, devido à necessidade de alteração no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo Edital oportunamente divulgado através do site oficial do município, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em 15 de março de 2021. Márcia Bastos Carneiro da Silva-Pregoeira.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2021 - A Prefeitura Municipal de São Desidério torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP - nº 011/2021, Registro de Preço para contratação de empresa para fornecimento de material elétrico e serem utilizados em manutenção preventiva e corretiva de prédios públicos (inscrição) das diversas unidades e iluminação das vias públicas dentro no site, quanto as zona rural do município, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, conforme Termo de Referência. A entrega e abertura das propostas serão no dia 01 de abril de 2021, às 8:30h (sete horas e trinta minutos), no site da Prefeitura Municipal situada à Praça Smaurino Barbosa, nº 01, centro, São Desidério-BA. Edital estará à disposição dos interessados no site www.saosdesiderio.ba.gov.br. Qualquer informações pelo tel. (77) 3623-2140. São Desidério/BA, 16 de março de 2021. Márcia Bastos Carneiro da Silva-Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021 - PA Nº 050/2021 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE / C.B.E.T.O. - Objeto: licitação regular para futura contratação de materiais hidráulicos, construção e pintura, para suprir as demandas do Município de Prado-BA, (todas compreensivas no Anexo II do Edital - Dado e Horário - 20 de Março 2021 - às 08:00h, Local: Sala de Licitação e Contratos do Município de Prado, Prefeitura Municipal de Prado, na Rodovia Prado/Barragem Km 511 Ld Prado - BA, informações - no endereço supra mencionado no site Tel. (73) 3021-1134 na manhã de 08:00 às 14:00. Edital disponível no site oficial www.prado.ba.gov.br. 16 de Março de 2021. André Dorneles Alves Duarte, Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - A Prefeitura Municipal de Jacobina/Bahia, torna a público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, nº 002/2021, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e higienização e controle de pragas em escolas, creches e demais unidades sob jurisdição do município de Jacobina/BA, conforme especificações contidas em Edital, a entrega e abertura das propostas e documentos serão no dia 30 de março de 2021, às 08:00h, no site da Prefeitura Municipal, situado à Rua Senador Pedro Lago, 45 - Centro, Jacobina - Bahia. O Edital estará à disposição dos interessados no site <http://www.jacobina.ba.gov.br/licitacao>. Qualquer informações pelo tel. (74) 3621-2050. Anderson Andrade Nogueira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA
AVISO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº PR2-2021 Torna público objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, sede Municipal, de 31/03/2021 - 15h, retirada edital junto a C.P.L. do município, 08h às 13h no site <http://www.licitacoes.org.br/licitacao>, "edital" - Givaldo Muniz - Prefeito Municipal.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº PR3-2021 Torna público objeto: Contratação de sociedade especializada para prestação de serviços de tratamento, controle e recolhimento de água e manutenção de peças artísticas (incluindo peças e insufláveis), para atender as necessidades do Município, de 31/03/2021 - 13h, retirada edital junto a C.P.L. do município, 08h às 13h no site <http://www.licitacoes.org.br/licitacao>, "edital" - Givaldo Muniz - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAIRA
CNPJ Nº: 13.910.899/01-65
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2021 AVISO DE LICITAÇÃO
APREGOEIRA torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2021 - Processo Administrativo: 054/2021, Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: o registro de preço para contratação de empresa para a aquisição de massa acrílica usinada e quarteir (CBUQ) para a manutenção das vias públicas do município de Ubairá - Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, sessão de abertura: às 08h00min do dia 30/03/2021, na sala de reuniões da COPEL, na Prefeitura Municipal de Ubairá - Bahia, local Praça dos Três Poderes, S/N, Centro, Ubairá - BA. Maiores informações através do tel. (75) 3544-2188 das 08:00h às 18:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site oficial, ou na Prefeitura Municipal de Ubairá - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 18:00h.

COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** **PÁTRIA AMADA BRASIL**
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 118/2020
Processo Nº. 23066.035294/2020-83 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS DE BANCADA para atender as necessidades do Hospital Ana Nery, unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde/UFBA. Abertura: 30/03/2021 às 09:00 horas (horário de Brasília). Edital no site www.compraenet.gov.br. Tel.: (71) 3283-5846 Fax: 3283-5841
Pregoeiro Oficial

Congresso derruba veto e perdoa dívidas de igrejas

AFAGO AO PRESIDENTE Com aval do presidente, deputados federais rejeitaram um veto do próprio Jair Bolsonaro contra a anulação de dívidas tributárias de igrejas acumuladas após fiscalizações e multas aplicadas pela Receita Federal. A decisão foi confirmada, mais tarde, em votação no Senado. O valor do "perdão" é da ordem de R\$ 1 bilhão.

A proposta alvo do veto exclui as igrejas do rol de contribuintes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ampliando o alcance da imunidade prevista na Constituição. Além disso, perdoa as dívidas acumuladas com esse tributo no passado.

Bolsonaro vetou a medida com o argumento de que o dispositivo foi aprovado sem compensação fiscal e a sanção poderia ser classificada como crime de responsabilidade - dando margem para um processo de impeachment. Mas, por outro lado, se manifestou favorável à não tributação de templos e estimulou a derrubada do próprio veto.

As igrejas têm imunidade constitucional contra a cobrança de impostos, mas a proteção não alcança as contribuições, como a CSLL (sobre o lucro líquido) e a previdenciária. Nos últimos anos, a Receita identificou

manobras dos templos para distribuir lucros e remuneração variável de acordo com o número de fiéis sem o devido pagamento desses tributos - ou seja, burlando as normas tributárias.

A medida aprovada pelo Congresso Nacional pretendia, por meio de uma lei ordinária, estender a imunidade constitucional das igrejas à cobrança da CSLL e ainda anular dívidas passadas. Outro dispositivo almejava anistiar multas e outras cobranças aplicadas sobre a prebenda, como é chamada a remuneração dos pastores e líderes do ministério religioso.

Ambos os artigos foram propostos pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, que tem milhões em dívidas com a União.

Bolsonaro vetou o primeiro dispositivo, que trata da CSLL, para afastar qualquer eventual violação à Constituição. Mas o presidente sancionou o artigo sobre a prebenda, de caráter mais interpretativo.

Bolsonaro foi eleito com o apoio de diversas lideranças evangélicas.

Agora, as Igrejas estão livres de pagar o CSLL e terão suas dívidas, estimadas em R\$ 1 bilhão, perdoadas pelo governo

CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA PROJETO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO GÁS

VOTAÇÃO A Câmara dos Deputados aprovou, no começo da madrugada de ontem, o Projeto de Lei 4.476 de 2020, que trata do novo marco regulatório do setor de gás. Durante a votação, os deputados rejeitaram todas as

emendas do Senado. O projeto segue agora para sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro.

O texto aprovado prevê, entre outras medidas, a desconcentração do mercado, não permitindo que uma

mesma empresa possa atuar em todas as fases, da produção/extração até a distribuição; e o uso de autorização em vez da concessão para a exploração do transporte de gás natural pela iniciativa privada.

De acordo com as novas regras, caso haja mais de um interessado para a construção de um gasoduto, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) deverá realizar processo seletivo público.

PROJETO

R\$ 50

mil é o valor da indenização para os profissionais de saúde que ficaram permanentemente incapacitados após a infecção pela covid-19. Segundo o projeto, aprovado ontem pelo Congresso, terão direito profissionais como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, agentes comunitários, técnicos de laboratório e outros que atuam na área

Mais*

SEGUNDO O ÚLTIMO BOLETIM DA SESAB, TAMBÉM TEM MENOS CRIANÇAS À ESPERA DE UMA INTERNAÇÃO

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM
daniel.aloisio@redobahia.com.br

A Central Estadual de Regulação de Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) registrou redução de 29% na fila de espera para leitos clínicos de tratamento da covid-19. No domingo (14), eram 255 pacientes nessa situação. Ontem, havia 180, segundo os dados do último boletim epidemiológico emitido pelo órgão. Embora a situação ainda não seja considerada a ideal, a queda no percentual traz um alento para o sistema de saúde baiano, atualmente sobrecarregado.

No mesmo período, também houve leve queda, de 495 para 489, nos pacientes que aguardavam um leito de UTI no estado. O número já chegou a 513, em 12 de março, quando o sistema de saúde esteve na iminência de colapsar, segundo a avaliação feita, na ocasião, pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, Leo Prates.

Outra redução ocorreu no número de crianças que aguardavam por um leito de UTI pediátrica na Bahia. Eram 20, no domingo, e agora são 10, 50% a menos. Uma queda, no entanto, não foi observada para os pequenos que precisam de leito clínico por conta da doença. Nesse caso, houve um crescimento de sete para 11 pacientes.

Embora tímidos, para o infectologista Matheus Todt, da SOS Vida, os números menores podem ser um reflexo das medidas de restrição mais severas adotadas na Bahia desde o dia 26 de fevereiro.

"Infelizmente, não acreditamos que já seja impacto da vacinação, que ainda está muito lenta. Mas com as medidas de restrição, a tendência é que, em duas ou quatro semanas, já se tenha algum impacto. O isolamento social evita que as pessoas adoecem de uma vez só, o que causa impactos no sistema", diz.

Todt lembra também que os leitos clínicos são voltados para os casos menos graves. Para ele, a fila da UTI é que

Fila por leitos clínicos reduz em 29% na Bahia

Central de Regulação registrou, ainda, leve queda na busca por Terapia Intensiva no estado, de 495 para 489

Os números vêm melhorando, mas ainda não repercutiram nas UPAs, no sistema de saúde. Nossa expectativa é que repercuta, pois quanto menos infecção, menos gente no sistema

Bruno Reis

Prefeito de Salvador

precisa reduzir. Ainda de acordo com o especialista, 85% dos casos de covid-19 são de pacientes que sequer procuram o hospital.

"Os pacientes que têm comorbidades costumam ficar em estado muito grave e precisam de ventilação mecânica, entubação e observação a todo minuto, não diária. Só na UTI isso é possível. O problema da covid-19 é que em torno de 5% dos casos precisam de UTI e, quando todos adoecem de uma vez só, não tem vaga para todo mundo".

SEM O QUE COMEMORAR

Adielma Nizarala, infectologista da SMS, acredita que estamos longe de comemorar um avanço. "De fato, as medidas adotadas começam a fazer efeito a partir de agora no número de casos. Isso diminui a pressão no sistema de saúde. Porém, não tivemos uma restrição completa. Tem comércio que ainda podem funcionar e gente que não cumpre a rigor".

A ocupação atual nos leitos de UTI na Bahia é de 86%. Já a ocupação dos leitos clínicos é de 65%. Sobre isso, o governador Rui Costa afirmou, em entrevista à TV Bahia, ontem, que o sistema de saúde do estado, na opinião dele, já está em colapso. "É um colapso toda as vezes que você tem um número grande de pacientes na fila esperando. Na medida em que você não consegue regular, em menos de 24 horas, um paciente que precisa de UTI", afirmou.

*ORIENTADO PELA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

180

pacientes em todo o estado esperavam regulação para leitos clínicos de covid-19, ontem, segundo dados da Sesab

255

doentes aguardavam na mesma fila no domingo, 14, ainda segundo o boletim da Sesab

513

doentes graves aguardavam por uma vaga em UTI no estado na sexta, 12 de março

489

pacientes que precisam de UTI estão na fila de regulação baiana atualmente, ainda de acordo com o último boletim da Sesab

Redução de 9,2% na fila de regulação de UTI em Salvador ainda não repercutiu nas UPAs



Salvador com menor demanda por UTI desde fevereiro

Pela primeira vez desde 20 de fevereiro, diminuiu o número de pacientes à espera por leito de UTI em Salvador. Anteontem, eram 87 e, ontem, 79. A redução ainda é tímida, de 9,2%.

"Isso se dá pelo esforço que fizemos para regular uma quantidade expressiva de pacientes. É um trabalho da prefeitura em parceria

com o governo do estado, seja na rede contratualizada, praticamente forçando que leitos fossem abertos e que fossem priorizados os pacientes da rede pública, como também em unidades próprias, onde seguimos ampliando leitos", afirmou o prefeito Bruno Reis, durante a entrega de novos equipamentos de saúde.

A redução na fila da UTI em Salvador não foi acompanhada pela queda no número de pacientes aguardando leitos clínicos na cidade, que cresceu de 25 para 53, no mesmo período. Isso também contribuiu para o aumento no número total de pessoas aguardando regulação na capital: 112 para 132. A infectologista Adielma Ni-

zarala, da SMS, diz que ainda não se vê luz no fim do túnel.

"Ter menos pacientes pode significar só que a gente conseguiu transferir mais pacientes, abrir mais leitos. Um dia de queda não diz muita coisa. A gente precisa saber se o dado se mantém em queda e se vai ter redução de casos graves", diz.

O prefeito Bruno Reis

também ainda não considera que a cidade se livrou do pior momento da pandemia. "Ninguém pode afirmar que não terá colapso. Essas ampliações que estamos fazendo permitirão e vem permitindo que a gente não tenha. Os números vêm melhorando, mas ainda não repercutiram nas UPAs, no sistema de saúde", afirma.

Wendel de Novais*

REPORTAGEM

wendelnovais@redebahia.com.br

Se tem terra, tem que ter plantio. É assim que os produtores agrícolas baianos têm pensado nas duas últimas décadas. Ao menos, é o que indica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a Análise Estadual da Evolução de Uso e Cobertura do Território feita pelo instituto, entre 2000 e 2018, houve crescimento de 87,3% da área agrícola baiana, fazendo a cobertura da produção em terras subir de 16.808 km² para 31.490 km².

Na região Nordeste, a Bahia foi o estado que mais expandiu a sua área. Já em comparação com todo o território nacional, foi o sexto estado que mais ampliou o uso de terras em termos absolutos, atrás de Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Apesar de quase ter dobrado a área disponível para a produção agrícola, a Bahia está longe de ser um dos estados com mais terras para a agricultura, proporcionalmente. O monitoramento do IBGE mostra que 5,6% do território baiano foi utilizado com essa finalidade em 2018, ocupando a 12ª colocação do ranking nacional, que é liderado por São Paulo, que tem 40,8% das suas terras.

Isto, no entanto, não impede que o crescimento seja notícia positiva para a economia estadual, que tem 25% do seu Produto Interno Bruto (PIB) vinculado ao agronegócio, e regional, no caso do Oeste-baiano, que puxou para cima o uso de terras para fins agrícolas e viu sua economia crescer através da produção e do escoamento de grãos e da geração de empregos.

FRONTEIRA EM EXPANSÃO

As mudanças que chegaram no Oeste ao longo dos 18 anos de crescimento da produção são destacadas por quem viu de perto tudo acontecer. Paulo Schmidt, produtor de soja que vive na região há 40 anos e mora em Luis Eduardo Magalhães, afirma que a qualidade de vida do oeste hoje é superior ao período anterior a esta ampliação.

"Se você comparar o interior da Bahia que tem o agro com o que não tem, geração de emprego, economia, educação, tudo é melhor onde existe a produção agrícola. Você pega Luis Eduardo Magalhães e o Oeste como um todo e vê que a qualidade de vida de hoje é muito melhor do que nos anos 80, quando o agro ainda não tinha toda essa força", conta o produtor.

De acordo com Mariana Viveiros, supervisora de disseminação de informações do IBGE na Bahia, a expansão da fronteira agrícola, sobretudo no Oeste, tem sim um impacto positivo na economia da



Produção agrícola baiana é feita com grandes investimentos em maquinário, dizem empresários do setor

Uso de terra para o agro cresce 87% na Bahia

Oeste do estado é o grande vetor para a ampliação da atividade, segundo o IBGE

região. Para ela, o avanço visto por lá é muito por conta da inserção da região no 'Matopiba', grupo composto por regiões de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que ampliaram a fronteira da produção agrícola para investir em grãos, gerando produtos com um valor alto de mercado.

"Essa questão tem um impacto positivo, principalmente, para a região Oeste porque além de estar na área da Matopiba, houve um investimento direto em grãos, que são produtos valorizados, que geram um valor alto para a economia e têm influência direta nos ganhos e na geração de renda e emprego", explica Mariana.

Ela destaca Luis Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desidério e Formosa do Rio Preto como os principais impactados pelo crescimento.

O avanço citado por Schmidt é confirmado por Mariana e é fruto de um movimento de adaptação dos produtores que passaram a investir em grãos, como soja, milho, feijão, arroz e algodão, o que deu certo, cresceu e impactou diretamente na economia e no modo de produção do Oeste.

Segundo Schmidt, hoje, a produção agrícola é conduzi-

Se você comparar o interior da Bahia que tem o agro com o que não tem, geração de emprego, economia, educação, tudo é melhor onde existe a produção agrícola Paulo Schmidt

Produtor de soja que vive na região Oeste baiana há 40 anos e mora no município de Luis Eduardo Magalhães

O agronegócio é permanente. Mesmo na pandemia, não parou como outros setores porque tem uma demanda que não para. Para nós, é positivo demais a produção ter aumentado Bernardino Santos

Produtor de hortaliças e milho em Jaguapara, no Sul da Bahia

da com investimento e maquinário de primeiro nível. "Tudo isso gerou empregos e riquezas para a nossa região. Hoje, o produtor daqui busca constantemente uma melhoria no agro. O nível tecnológico da nossa produção é tão grande quanto qualquer lugar do mundo. O algodão produzido aqui é tão bom quanto o americano, o australiano. Nossa tecnologia compete em igualdade com qualquer lugar do mundo".

E não é só o Oeste que cresce com o aumento da cobertura de terras pela produção agrícola na Bahia. Isso porque o agronegócio é o maior setor da economia baiana e é responsável por 51% das exportações estaduais, garante Lucas Costa, secretário de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri).

"Não tenha dúvida de que o crescimento é de suma importância para a Bahia. O setor emprega, hoje, um terço dos baianos. Então, é uma atividade que está em todo lugar e que, quanto mais cresce, mais se ganha para os produtores, para quem se emprega nesse crescimento e para o estado em geração de renda", diz o secretário.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

IBGE

31.4

mil km² é a atual extensão de terras usadas para o agro na Bahia, segundo levantamento do IBGE

16.8

mil km² era a extensão de terras usadas no estado para a agricultura no ano 2000, quando a fronteira baiana começou a se expandir

25%

do PIB baiano está vinculado ao agronegócio, segundo a Seagri

51%

das exportações do estado também estão relacionadas ao agro, ainda segundo informações da Seagri

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 18/03/2021	Página: 02

Tribuna

Sabotagem!

Grupos empresariais contrários ao desenvolvimento da logística ferroviária da Bahia operam para sabotar a licitação das obras da FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), prevista para ocorrer no próximo dia 8 de abril. A denúncia saiu no jornal Valor Econômico, mostrando viés contrário à conclusão do trecho entre Caetitê e Ilhéus, que já conta com 85% das obras concluídas e é fundamental para que o estado ingresse no mercado de minério de ferro. “As forças ocultas, que já conseguiram adiar por 10 anos a conclusão da FIOLE, dão mais um passo, tentando influenciar a opinião pública e pressionar pela suspensão do leilão. Temos que ver quem tem interesse nisso. Sabemos que Vale e VLI perdem espaço, já que teriam logo de cara uma concorrente no minério de ferro e no modal ferroviário e mais adiante terão concorrência também no transporte de grãos vindos do oeste baiano e do Mato Grosso”, disse o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm.

Tribuna

Copom surpreende analistas e Selic sobe 0,75 ponto percentual

LUIZ GUILHERME GERBELLI, G1

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 2,75% ao ano, surpreendeu os economistas consultados pelo G1. A aposta majoritária do mercado era de que a alta da Selic seria de 0,5 ponto.

Com base no comunicado divulgado depois da reunião desta quarta-feira (17), os analistas também afirmaram que o Copom deixou claro que deve promover um novo aumento de 0,75 ponto percentual na próxima reunião, em maio. Os diretores do Banco Central pontuaram que "o Comitê antevê a con-

tinuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude."

"O consenso entre os economistas era de uma alta mais fraca (da Selic), ainda que o que estava precificado na curva de juros já era mais perto de 0,75 ponto", afirma Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos.

Segundo o Copom, o ritmo de 0,75 ponto para a alta dos juros previsto para a próxima reunião continuará a depender da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, e das projeções e expectativas de inflação.

BC pressionado

Mesmo num cenário de atividade enfraquecida, o BC

tem sido pressionado pelo aumento da inflação. No último relatório Focus, os analistas consultados projetaram que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve encerrar este ano em 4,6% - há uma semana, a expectativa era de alta de 3,98%.

"A inflação de curto prazo vem surpreendendo sucessivamente para cima. Na semana passada, a gente já tinha revisado o cenário de inflação de 4% para 5% este ano", diz Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do banco BNP Paribas.

Em fevereiro, pressionada pela gasolina, a inflação acumulou alta de 5,2% em 12 meses e ficou próxima do teto da meta do governo, que é de 5,25%.

No comunicado, o BC



destacou que esse ajuste mais rápido, com a subida dos juros acima do esperado pelo mercado, "tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos."

No cenário básico do Copom, a projeção para a inflação já está em 5%.

Impacto no câmbio

Na leitura dos analistas, essa alta mais forte dos juros e a indicação do próximo passo na política monetária podem trazer ainda um impacto para o câmbio, com uma valoriza-

ção do real e, consequentemente, um alívio para a inflação.

A moeda brasileira vive um quadro um tanto inédito. Atualmente, os preços de commodities estão em alta. O real se valorizou sempre que esse movimento foi observado. Mas esse cenário não tem se concretizado dessa vez. Agora, uma Selic mais alta pode atrair recursos internacionais para o país e contribuir para o fortalecimento da moeda brasileira.

No comunicado, o Copom destacou que "a continuidade da recente elevação no preço de commodities internacionais em moeda local tem afetado a

inflação corrente e causou elevação adicional das projeções para os próximos meses, especialmente através de seus efeitos sobre os preços dos combustíveis."

"Houve um movimento de aumento de commodities, sem que houvesse uma apreciação da moeda para compensar. E aí bateu em (preços) administrados", afirma Guilherme Loureiro, economista-chefe da Trafalgar Investimentos. "Esse ciclo mais carregado no curto prazo provavelmente tem o benefício de gerar uma apreciação adicional do real."

Neste ano, o dólar já subiu 7,67% em relação ao real. Em 12 meses, a alta é de 11,58%

Tribuna

Quais os melhores investimentos com Selic alta

ESTADÃO CONTEÚDO

O aumento, estimado em torno de 0,50 ponto porcentual, não deve provocar mudanças significativas de modo imediato, mas sinaliza um possível início de reconfiguração dos investimentos no Brasil, em termos de rentabilidade.

Para especialistas consultados pelo E-Investidor, a alta da Selic, contudo, não deverá provocar uma debandada de volta à renda fixa, uma vez que muitos títulos dessa classe de investimentos já possuíam taxas que abarcavam a expectativa de alta dos juros básicos. "Neste momento macroeconômico global de recuperação econômica, de muito estímulo monetário e fiscal, devemos pensar em preservação de capital. E só tem um título para isso, que é o pós-fixado", explica Marília Fontes, sócia-fundadora da Nord Research e colunista do E-Investidor.

Ontem foi de retomada do crescimento dos juros no País. No fim do dia, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) deverá informar, confor-

me expectativa do mercado, a elevação da taxa básica de juros, a Selic, que atingiu 2% ao ano em agosto de 2020 e permaneceu neste patamar desde então.

O aumento, estimado em torno de 0,50 ponto porcentual por 48 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, não deve provocar mudanças significativas de modo imediato, mas sinaliza um possível início de reconfiguração dos investimentos no Brasil, em termos de rentabilidade. Portanto, especialistas recomendam cautela antes de qualquer decisão.

Por conta da queda brusca nos juros, acelerada pela pandemia do coronavírus, os ativos de renda fixa foram bastante prejudicados, uma vez que muitos desses títulos utilizam a Selic como um balizador para devolver os ganhos dos recursos aplicados. Em muitos casos, o retorno real está negativo, quando descontada a inflação, que não para de crescer. Situação bem diferente do que se tinha anos atrás, quando os juros básicos no Brasil eram de duas casas decimais – 14,25% até outubro de 2016.

Uber pode passar a ter salário mínimo, férias e Previdência

BBC

Existem três benefícios dos empregos tradicionais que não são desfrutados por aqueles que trabalham na chamada "economia compartilhada", em que consumidores alugam, tomam emprestado ou dividem recursos, em vez de comprá-los. Mas isso parece ter começado a mudar.

Na terça-feira (16/3), o Uber anunciou que vai conceder esses três benefícios aos seus motoristas no Reino Unido, uma medida que pode transformar todo esse mercado. A empresa informou que seus motoristas ganharão pelo menos o salário mínimo nacional pago a pessoas com mais de 25 anos no Reino Unido, cerca de R\$ 70 por hora.

A decisão ocorre um mês depois de a empresa americana ter perdido uma longa batalha judicial no Reino Unido, iniciada em 2016, sobre a situação trabalhista dos motoristas. Procurado pela BBC, o Uber disse que não espera que a mudança nas condições dos motoristas se traduza em tarifas mais altas para os clientes.

Líderes sindicais e especialistas trabalhistas dizem que essa mudança no Uber pode ter consequências de longo alcance. Rachel Mathieson, advogada que representou os motoristas do Uber que lutam por mais direitos, considerou o anúncio um "marco muito importante".

Em audiência da Suprema Corte britânica no mês passado, o Uber se apresentou como um agente terceirizado de reservas, alegando que seus motoristas eram autônomos ("self-employed", em inglês). Mas o tribunal decidiu que os motoristas eram "trabalhadores" (workers, em inglês), categoria profissional no Reino Unido que faz com que tenham direito a salário mínimo, férias e aposentadoria. O Uber enfrenta processos jurídicos semelhantes em vários países, onde é debatido se os motoristas devem ser considerados empregados ou autônomos.

No Brasil, em diversos casos, o Ministério Público do Trabalho e ex-motoristas entraram na Justiça para reivindicar vínculo empregatício dos profissionais com as empresas.

Tribuna

Área agrícola da Bahia aumentou em 87,4% desde 2000, segundo o IBGE

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

As porções de terra voltadas para a agricultura tiveram um aumento expressivo na Bahia entre os anos de 2000 e 2018. Foi o que revelou a última edição do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada dois anos e dedicado a analisar os processos de ocupação e utilização do solo, bem como suas transformações. Pela primeira vez, são apresentados dados para cada unidade federativa do país. "Isso representa um importante instrumento de suporte e orientação às ações de planejamento, além de subsidiar outros estudos, como avaliação de impactos ambientais", diz a entidade. No período de dezoito anos, a área agrícola baiana saltou de 16.808 para 31.490 km², registrando um crescimento de 14.682 km² (87,4%), deixando o estado como líder no Nordeste e na 6ª colocação em termos absolutos pelo Brasil. Em termos relativos, a Bahia ficou em 9º

lugar.

A Bahia faz parte do "MATOPIBA", cujos crescimentos de faixas agrícolas também foram altos. O grupo é formado pelos estados do Maranhão (+185,8%), Tocantins (+371,6%) e Piauí (+264%). Essa mudança no uso do solo para fins agrícolas se deu principalmente na região Oeste da Bahia, onde ficam cidades como São Desidério e Formosa do Rio Preto, cuja atividade econômica principal é a agropecuária. O setor cresceu 12,4% nos últimos meses de 2020, segundo o estudo mais recente feito pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), divulgado na última sexta-feira (12); a variação total para o ano passado foi de 14,2%. Apesar do avanço, a fronteira agrícola ainda é pequena no estado, representando apenas 5,6% dos 564.732 km² de território: a maior cobertura de terra ainda é a vegetação campestre, com

34,4%, seguida das ocupações em área florestal (19,4%) e a vegetação florestal (18%).

Por outro lado, a expansão agrícola fez com que a Bahia ficasse em quinto lugar nas perdas de vegetação nativa no intervalo entre 2000 e 2018. Foram 29,4 mil km² de encolhimento, caindo de 325.133 km² para 295.724 km². O estado possui pouco mais da metade de suas terras campestres e florestais (52,4%), índice que chegava próximo dos 60% no começo dos levantamentos feitos pelo IBGE, nos anos 2000. Entre 2016 e 2018, cerca de 1% do território brasileiro sofreu alguma mudança na cobertura e uso da terra. "De forma geral, prossegue a substituição das áreas de vegetação natural por áreas antrópicas e o avanço das áreas agrícolas sobre áreas de pastagem", diz o instituto. O estudo completo está disponível no site do IBGE em formato de livro e folder.

Assine
(71) 3322-7266

Tribuna
da Bahia

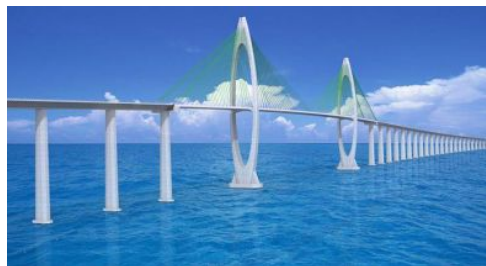
www.tribunadabahia.com.br

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/03/2021	



Ponte Salvador-Itaparica: Executivos chineses se reúnem com Governo do Estado

17 março 2021



Executivos da CR20 e CRCC, duas das empresas chinesas que compõem o consórcio que irá construir a ponte Salvador-Ilha de Itaparica, se reuniram com o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, e Marcus Cavalcanti, secretário de Infraestrutura, nesta quarta-feira (17). O encontro serviu para tratar de assuntos técnicos e burocráticos, necessários para o início das obras.

“Estamos seguros do início das obras até o final do ano. A pandemia atrapalhou o cronograma, mas o governador Rui Costa está emprenhado em vacinar todo o povo baiano e, juntos, vamos vencer o coronavírus e iniciar essa importante e estruturante obra para o crescimento econômico do nosso estado, para a geração de emprego e para a integração do desenvolvimento com as cidades do interior”, disse Leão.

“Reuniões como essa nos permite realizar o acompanhamento do processo anterior à execução da obra, que também é importante. Em breve os baianos poderão acompanhar o andamento da construção da ponte Salvador-Ilha de Itaparica que permitirá um crescimento e um maior desenvolvimento ao estado”, ressaltou Marcus Cavalcanti.

Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/03/2021	



Parque Tecnológico da Bahia abre nova rodada para atração de empresas residentes

17 março 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

A Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) recebe propostas da segunda etapa do Edital 002/2020, que seleciona empresas residentes de base tecnológica para se instalarem no Parque Tecnológico da Bahia (Tecnocentro). O edital foi aberto em dezembro de 2020, e o resultado da primeira rodada foi lançado no dia 24 de fevereiro.

A segunda rodada está disponível desde o término da primeira. As empresas interessadas têm até o dia 30 de abril para enviarem propostas para a instalação, conforme o edital no [site da secretaria](#). A previsão de liberação para a implantação das mesmas é a partir do dia 21 de maio.

De acordo com o diretor de Inovação e Competitividade da Superintendência de Inovação da Secti, Péricles Magalhães, são cerca de 644 metros quadrados em até nove salas para ocupação inicial de quatro anos. “São empresas privadas que queiram compor a comunidade do Parque. Essas empresas vão assinar um contrato de quatro anos, renovável por mais dois, para se instalarem no Parque Tecnológico”, afirmou o diretor. Além desta, haverá mais outras duas etapas, em agosto e em outubro, de acordo com o edital e à disponibilidade de salas.

A diretora executiva da Associação das Empresas do Parque, Cristine Araújo, lembra que existem inúmeras vantagens para as empresas que tiverem as suas propostas aceitas no edital. “Ao ingressar no Parque, as empresas são inseridas em um ambiente colaborativo de tecnologia e inovação, propício à criação de redes e parcerias com os diversos atores ligados à CT&I, além dos incentivos fiscais”, concluiu Cristine.

Fonte: Ascom/Secti

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/03/2021	



Governador vistoria instalações do Hospital Metropolitano antes da abertura

17 março 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Na tarde desta quarta-feira (17), o governador Rui Costa visitou as instalações do Hospital Metropolitano (HM), em Lauro de Freitas. Esta foi uma das últimas vistorias a serem realizadas no equipamento de saúde, que será aberto no próximo sábado (20) e terá 280 leitos.

O governador percorreu todos os setores do hospital. “São 280 leitos aqui, sendo 100 de UTI. Além desses e dos 200 da Fonte Nova, estamos abrindo mais 220 leitos no interior. Onde está sendo possível, nós estamos abrindo. O Hospital Metropolitano vai ser gerido definitivamente por uma Parceria Público-Privada [PPP], mas, em função do agravamento [da pandemia], estamos abrindo temporariamente para atender casos de Covid-19”, afirmou Rui.

O titular da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), Fábio Vilas-Boas, também acompanhou a vistoria. Além de UTIs Cardiológica e Geral, o HM possui Centro Cirúrgico, Anestesia, UTI Neurológica, dentre outros. Tanques de 30 mil metros cúbicos de oxigênio líquido serão revezados para alimentar a unidade hospitalar; um deles chegou ao hospital na manhã desta quarta-feira (17).



Foto: Carol Garcia/GOVBA

“Ao todo, o Hospital Metropolitano vai abrir com 100 leitos de terapia intensiva [UTI], 120 leitos de uma unidade que nós denominamos Unidade de Assistência Respiratória [para pacientes dependentes de oxigênio, dotada de serviços de fisioterapia 24 horas] e mais 60 leitos de enfermaria geral”, enumerou Vilas-Boas.

Enquanto durar a pandemia, o Hospital Metropolitano atenderá somente pacientes com quadros graves da Covid-19. Quando em plena atividade, o hospital empregará 1.350 profissionais diretamente. A unidade fica às margens da Via Metropolitana, no bairro Jardim Castelão, em Lauro de Freitas.



Foto: Carol Garcia/GOVBA

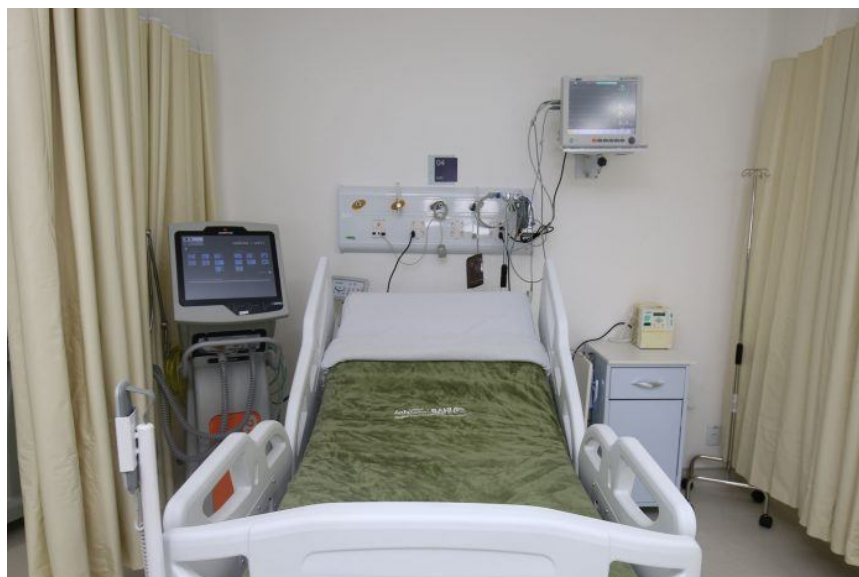
Repórter: Renata Preza

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/03/2021	



Governo do Estado abre 10 novos leitos de UTI em Porto Seguro

17 março 2021



Foram abertos, na noite de terça-feira (16), dez novos leitos de UTI no Hospital Luís Eduardo Magalhães, em Porto Seguro, para o atendimento a pacientes graves com o diagnóstico do novo coronavírus (Covid-19). Diariamente, o Governo da Bahia vem abrindo novos leitos clínicos e de terapia intensiva a fim de ampliar a assistência à saúde dos baianos.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, detalha que “a macrorregião Extremo-Sul possui 85 leitos ativos, sendo 55 de UTI Covid-19. Os municípios que ofertam leitos exclusivos para esta patologia são Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas”, afirmou o secretário.

Nos últimos dias, foram abertos novos leitos nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Caetité, Guanambi, Alagoinhas e Ilhéus.

Fonte: Ascom/Secretaria da Saúde do Estado (Sesab)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/03/2021	



Hospital Eládio Lassére abre 10 leitos de UTI Covid

17 março 2021



Na noite desta terça-feira (16) foram abertos dez novos leitos de UTI Covid no Hospital Estadual Eládio Lassére, em Salvador. A unidade estadual passou a atender pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus (Covid-19).

O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, ressalta que “diariamente estamos abrindo novos leitos, em um esforço para reduzir a pressão na rede assistencial e assim evitar um colapso. Cabe esclarecer que não é possível abrir novos leitos de modo infinito. As medidas mais eficientes e já conhecidas, que é o uso de máscara, distanciamento social e higiene frequente das mãos, precisam ser tomadas por todos. A irresponsabilidade de alguns afeta muitos, sobretudo, os mais idosos. É necessário cuidar de si e dos outros, evitando a infecção pelo vírus”, avalia Vilas-Boas.

A macrorregião Leste possui 1.560 leitos ativos, sendo 751 de UTI Covid-19. Os municípios que ofertam leitos exclusivos para esta patologia são Camaçari, Salvador e Santo Antônio de Jesus.

Fonte: Ascom/ Sesab

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 18/03/21	



MINISTÉRIO DA ECONOMIA ELEVA PROJEÇÕES PARA A INFLAÇÃO EM 2021



admin 18 Março, 2021

O Ministério da Economia manteve a projeção de crescimento para o PIB (Produto Interno Bruto) em 3,2% em 2021, apesar do avanço da pandemia de Covid-19 e da perspectiva de novos fechamentos de atividades. Já as projeções para a inflação subiram. Os números foram divulgados nesta quarta-feira (17) pela Secretaria de Política Econômica e atualizam as projeções feitas pela última vez em novembro de 2020 pela pasta. Os técnicos afirmam que as incertezas são elevadas com os desafios de enfrentamento à pandemia, mas que indicadores no primeiro bimestre apontam continuidade da recuperação da atividade econômica.

O indicador está alinhado ao esperado pelo mercado, que tinha uma projeção para o PIB mais alta do que a do governo e reduziu as expectativas recentemente. De acordo com o boletim Focus (que traz projeções de analistas compiladas pelo Banco Central), o crescimento esperado de 3,43% há quatro semanas caiu para 3,26% há uma semana e baixou para 3,23% no boletim da última segunda-feira (15). O PIB caiu 4,1% no ano passado.

O Ministério também atualizou os dados esperados para a inflação, com aumento em todos os indicadores. A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) subiu de 3,23% para 4,42%. A estimativa para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) subiu de 3,2% para 4,27%. A projeção para o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) saiu de 4,38% para 5,06%. Esse índice tem uma abrangência maior do que apenas o consumidor final, englobando também o setor atacadista.

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/03/21	



PRÉ-SAL ATINGE RECORDE DE 73% DA PRODUÇÃO NACIONAL



admin 17 Março, 2021

A participação do pré-sal na produção nacional de petróleo e gás natural atingiu em fevereiro o patamar recorde de 73,14%, segundo divulgou nesta quarta-feira, 17, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com a agência reguladora, foram produzidos no pré-sal no mês passado 2,6 milhões de barris de óleo equivalente por dia, medida que considera tanto a produção de petróleo quanto a de gás. Já a produção total brasileira foi de 3,55 milhões de barris por dia.

Segundo a ANP, somente o Campo de Tupi, o maior produtor nacional, respondeu por 32,8% da produção brasileira, com 1,2 milhão de barris de óleo equivalente por dia.

Já o Campo de Búzios, o maior da Cessão Onerosa, correspondeu a 19% da produção nacional, com 673 mil barris de óleo equivalente por dia.

Terça, 29 de Setembro de 2020 - 21:00

Coribe: Rui Costa entrega nova praça e equipamentos para hospital municipal

A segunda agenda do governador Rui Costa (PT) na região oeste, nesta terça-feira (29), ocorreu no município de Coribe, onde foi entregue uma nova praça no distrito de Ranchinho. O governo do estado investiu cerca de R\$ 600 mil no equipamento que atende dois mil moradores da localidade.

Na sede do município, Rui Costa participou da inauguração do Hospital Municipal Antônio Joaquim Lopes. O governo estadual investiu mais de R\$ 330 mil em equipamentos permanentes: um respirador, uma mesa cirúrgica, um foco de teto em LED, bisturi elétrico, três monitores multiparâmetros, um colposcópio, dois reanimadores.

"Ao longo de cinco anos, nenhum estado brasileiro fez o volume de investimentos que a Bahia está fazendo na área da saúde pública. Estamos reforçando não somente a atenção básica como também a média complexidade. Aqui na região, já entregamos mais 60 leitos no Hospital do Oeste e estamos ampliando uma área para montar toda uma estrutura da área de cardiologia e outra área para o tratamento de câncer, incluindo quimioterapia e radioterapia", disse Rui.

Na oportunidade, o governador ainda autorizou a publicação de edital para licitar a obra de restauração e pavimentação do acesso de Jaborandi, no entroncamento da BR-135. O investimento previsto é de R\$ 1,5 milhão. Rui Costa também participou da entrega da obra de pavimentação e urbanização do bairro Novo Horizonte.

Santana

Na manhã desta terça (29), o governador esteve no município de Santana, também no oeste baiano, onde entregou o novo Mercado Municipal e a requalificação da estrutura física do hospital do município. Também fez parte da primeira agenda do dia a entrega da pavimentação do acesso à BA-172. As ações contaram com um total de investimento de R\$ 5 milhões.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/09/2020	Caderno: Notícias

Terça, 29 de Setembro de 2020 - 18:40

Sob pandemia, rombo nas contas públicas chega a R\$ 601 bilhões até agosto

por **Bernardo Caram** | Folhapress

Sob efeito da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, as contas do governo federal tiveram em agosto mais um mês de recorde negativo, com déficit primário de R\$ 96,1 bilhões. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, o rombo atingiu R\$ 601,3 bilhões, também o pior da série histórica.

Os dados do governo central, que compreendem as contas de Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, foram divulgados nesta terça-feira (29) pelo Ministério da Economia.

O comportamento das contas públicas contraria as estimativas feitas pela equipe econômica no início da pandemia, quando técnicos do governo afirmavam que a maior parte do rombo ficaria concentrada até junho ou julho, quando as primeiras medidas emergenciais se encerrariam.

No entanto, a continuidade da crise sanitária e seus efeitos sobre a economia levaram o governo a prolongar gastos além do previsto inicialmente.

A maior despesa até o momento é do auxílio emergencial para trabalhadores informais. Somente para esse programa, que foi prorrogado com parcelas de R\$ 300 até dezembro, o governo liberou R\$ 322 bilhões. Do total, R\$ 217 bilhões já foram efetivamente depositados nas contas dos beneficiários.

"No resultado fiscal de agosto, observa-se que há continuidade dos efeitos da crise da Covid-19 nas contas públicas, tanto no aumento das despesas que viabilizam as políticas públicas emergenciais, como na redução da receita por conta da queda da atividade econômica", afirma o Tesouro em nota.

O órgão aponta que, diferentemente dos meses anteriores, a receita total de agosto, em comparação com o mesmo mês de 2019, apresentou elevação, uma alta real de 1%. Esse crescimento não estaria atrelado a uma melhora da economia, e sim à retomada dos pagamentos de tributos que haviam sido adiados.

A queda na arrecadação de impostos compartilhados com estados e municípios também levou a uma redução nas transferências da União por repartição de receitas com os entes.

Doria voltar atrás de alta do ICMS, isenta leite e reduz alíquota da carne

Governador paulista anuncia medidas para tentar minimizar os efeitos da crise nos micro e pequenos comércios

Por **Cristiane Agostine** — De São Paulo

18/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou ontem a isenção do imposto para o leite e a redução da alíquota do ICMS para a carne, de 13,3% para 7%. As medidas valerão a partir de 1º de abril e terão caráter permanente.

Segundo o governador, para apoiar micro e pequenos negócios e evitar o aumento dos preços ao consumidor final, o leite pasteurizado voltará a ter isenção de ICMS na venda para o comprador. A alíquota de 4,14%, que havia sido estabelecida em janeiro deste ano, deixará de ser cobrada.

No caso da carne, os estabelecimentos enquadrados no Simples Nacional, em sua maioria açougues de bairro, voltarão a pagar 7% de ICMS na compra de carne para revenda. A alíquota estava em 13,3% desde janeiro.



As duas medidas fazem parte de um pacote anunciado ontem pelo governo paulista para tentar minimizar os efeitos da crise econômica gerada pela pandemia, sobretudo em micro e pequenos comércios de São Paulo.

Doria anunciou também a prorrogação por mais 30 dias da suspensão de corte de gás canalizado e de água no Estado para setores de serviço e comércio. A medida venceria no fim deste mês, mas foi estendida até o fim de abril. O benefício valerá para estabelecimentos comerciais com consumo de até 100 m³ mensais de água e de até 150 m³ por mês de gás.

Em outra medida anunciada, o governador afirmou que proprietários de comércio não serão negativados por débitos registrados entre 18 de fevereiro e 30 de abril. “As dívidas poderão ser renegociadas sem pagamento de juros ou de multa”, disse Doria. Os comércios podem repactuar acordos e renegociar débitos mediante correção monetária e o prazo para o parcelamento será de 12 meses.

O governo paulista anunciou ainda um pacote de crédito de R\$ 100 milhões, voltado a bares, restaurantes, academias, salões de beleza e produtores de eventos.

Segundo Doria, micro e pequenas empresas dos segmentos mais afetados pela pandemia terão uma linha especial de financiamento via Desenvolve SP no valor de R\$ 50 milhões, com prazo de pagamento de 60 meses, oito meses de carência e taxa de juros de 1% ao mês mais Selic, além da dispensa de Certidão Negativa de Débitos.

Outros R\$ 50 milhões serão oferecidos pelo Banco do Povo em microcrédito para capital de giro. O limite será de até R\$ 10 mil, com taxa de juros de 0% a 0,35% ao mês, carência de seis meses e prazo para pagamento de até 36 meses.

O pacote de medidas traz ainda a possibilidade de adiar até três prestações de empréstimos contratados com o DesenvolveSP.

Congresso restabelece benefícios para empresas em recuperação

Apenas dois dos 14 vetos feitos na nova Lei de Falências foram mantidos

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

18/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Advogada Juliana Bumachar: “A balança tinha ficado muito desfavorável para as empresas. Agora com a derrubada dos vetos volta a ter equilíbrio” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Congresso Nacional derrubou ontem 12 dos 14 vetos feitos à nova Lei de Falências (nº 14.112, de 2020), o que devolve ao texto benefícios fiscais e outras vantagens que possibilitam a atração de recursos para as empresas em recuperação judicial. Para especialistas, traz de volta o equilíbrio que foi negociado com o Ministério da Economia para conceder o superpoder ao Fisco - de pedir falência.

Agora, os investidores que adquirirem bens de empresas em recuperação judicial não terão qualquer responsabilidade sobre as obrigações do devedor, seja de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária ou trabalhista. Ou seja, volta a vigorar o parágrafo único do artigo 60 e o parágrafo 3º do artigo 66.

Juliana Bumachar, presidente da Comissão de Recuperação Judicial da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, afirma que, sem dúvida nenhuma, esse é um dos pontos mais importantes. Ela atuou em conjunto com diversas entidades integrantes do Grupo Permanente de Aperfeiçoamento do Direito de Insolvência (GPAI) para a derrubada dos vetos.

“Muitos investidores estavam inseguros com esse veto porque a jurisprudência do STJ [Superior Tribunal de Justiça] já caminhava nesse sentido nas áreas tributária e trabalhista. Com o veto, poderíamos até retroceder” diz. Para ela, a manutenção desses dispositivos indica um caminho efetivo para a recuperação judicial. “É a possibilidade de ter dinheiro novo entrando na recuperação, além de dar segurança jurídica para a sucessão.”

A volta desse artigo, segundo Luiz Fernando Valente de Paiva, presidente da Turnaround Management Association (TMA) e sócio do Pinheiro Neto Advogados, é fundamental para atrair novos investidores. “Empresas envolvidas na Lava-Jato em recuperação judicial, por exemplo, tem investidores interessados em adquirir bens, mas que tinham insegurança das multas que poderiam ser impostas. Esse artigo resolve de vez a questão”, afirma. Ele acrescenta que a medida traz um efeito positivo não só para a economia porque preserva o processo produtivo como para o investidor, que passa a ter mais segurança.

As empresas em recuperação judicial também terão benefícios fiscais. Sobre valor perdoado de dívida não haverá pagamento de PIS e Cofins e passou-se a permitir o uso de prejuízo fiscal para pagar o Imposto de Renda (IR) e a CSLL. Até então, as empresas só poderiam utilizar prejuízo fiscal para pagar até 30% do valor do débito. As vantagens estão no artigo 50-A.

Um outro artigo, o 6-B, também permite o uso de prejuízo fiscal - sem qualquer limitação de valores - para pagar a tributação que incide sobre os ganhos que as

empresas em recuperação têm com a venda de bens e direitos.

Para Juliana Bumachar, esses vetos da presidência geraram um contrassenso absoluto porque esses benefícios tinham sido negociados com o Ministério da Economia, em contrapartida com a possibilidade de participação do Fisco na recuperação judicial. “A balança tinha ficado muito desfavorável para as empresas. Agora com a derrubada dos vetos volta a ter equilíbrio”, diz.

O advogado Ricardo Siqueira, sócio do escritório RSSA Advogados, afirma que a derrubada dos vetos presidenciais trouxe um equilíbrio nessa relação. “O Fisco passou a ter mais protagonismo com a nova lei, mas, por outro lado, tinham que ser mantidos os benefícios fiscais”, diz.

As cooperativas de saúde voltam também a poder entrar com pedido de recuperação judicial, segundo o parágrafo 13 do artigo 6º. O que deve gerar uma demanda ao Judiciário, segundo Ricardo Siqueira. O texto também prevê que as obrigações entre cooperativas não entram na recuperação judicial.

Apenas dois vetos foram mantidos. Um trata da suspensão das execuções trabalhistas contra responsável, subsidiário ou solidário até a homologação do plano, o que para advogados facilitaria a vida das empresas, mas prejudicaria os trabalhadores. Estava previsto no parágrafo 10 do artigo 6º. Esse veto, afirma Ricardo Siqueira, já era esperado, uma vez que se trata de crédito alimentar e assim ficou mantido o entendimento original da lei.

O último veto tratou da competência do Ministério da Agricultura para decidir quais seriam os casos de força maior para que sejam incluídos na recuperação judicial créditos vinculados à Cédula de Produto Rural (CPR).

Com as mudanças na legislação, o Fisco ganhou um superpoder. Poderá pedir a falência da empresa em recuperação judicial caso haja descumprimento de parcelamento fiscal ou acordo.

A medida também valerá para casos de esvaziamento patrimonial - estratégia adotada para se evitar ou postergar o pagamento de dívida tributária. O superpoder

dado vale para as esferas federal, estadual e municipal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

25 raças de cães perigosas para sua casa.

ARTICLES STONE

LINK PATROCINADO

Truque para perder peso? Milhares de pessoas estão seguindo essa novidade

KETOGENIC BOOK

LINK PATROCINADO

A casa do Camila Alves é diferente do que você estava esperando

REFINANCE GOLD

LINK PATROCINADO

3 relógios por R\$ 138,00 ou 3x de 46,00 e frete grátis para todo Brasil.

ALBANE & CO

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Conheça a fragrância refrescante inspirada no fundo do mar

ELA PARA NATURA

LINK PATROCINADO

35+ invenções japonesas brilhantes que o mundo deveria adotar

DRIVEPEDIA

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Senado deve ouvir novo ministro da Saúde no dia 25 sobre vacinas e leitos em UTIs

VALOR INVESTE

Bolsas europeias fecham sem direção única antes da decisão do Fed

VALOR INVESTE

Novo ministro da Saúde 'reza da mesma cartilha', diz Pazuello

Imposto de Importação de eletrônico tem corte de 10%

Medida inclui bens de capital, e TEC é próxima aposta

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

18/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Lucas Ferraz, secretário de Comércio Exterior: redução de 10% do Imposto de Importação deve gerar uma renúncia anual de US\$ 250 milhões — Foto: Divulgação

O governo reduziu em 10% o Imposto de Importação para eletroeletrônicos e bens de capital. A medida foi aprovada em reunião do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e, para o governo, representa um passo no sentido de redução das barreiras tarifárias. O país negocia com os sócios do Mercosul um corte linear na Tarifa Externa Comum (TEC).

Segundo o Ministério da Economia, a medida anunciada ontem vai baratear a importação de máquinas e equipamentos utilizados pelos setores produtivos, além de diminuir o preço de itens importados, como celulares e computadores. A decisão abrange 1.495 códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que não dependem de negociação com os parceiros do bloco.

A redução começa a valer sete dias após a publicação de resolução, o que deve ocorrer hoje. As tarifas atualmente variam de zero a 16% na TEC. Com a redução aprovada, uma máquina que hoje paga 10% de imposto passará a pagar 9%. Já um eletrônico que paga 16%, passará a pagar 14,4%. Adicionalmente, todas as alíquotas de 2% serão reduzidas para zero.

O secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, explicou que a medida deve gerar uma renúncia anual de US\$ 250 milhões. Ele lembrou ainda que se trata de um imposto de natureza regulatória, que não é coberto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e assim, a redução da alíquota não precisa vir acompanhada de compensação.

A expectativa é que a medida acrescente, em um período entre dez e 15 anos, cerca de R\$ 150 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. É esperado um incremento tanto nas importações quanto nas exportações, além de uma geração de 20 mil postos de trabalho. A estimativa de longo prazo é de uma queda de 2% a 5% nos preços finais.

Para o governo, a mudança vai aumentar a produtividade “de toda a economia”. Ao ser questionado sobre a reação de alguns setores, o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt, afirmou que a indústria nacional não é frágil a ponto de a redução de 10% causar “estrigo”. Segundo ele, a medida pode estar sendo mal interpretada.

“Não posso crer que uma redução tão pequena vá prejudicar a solidez das empresas”, afirmou, acrescentando que houve discussão com os setores ao longo do tempo. O movimento de abertura comercial, frisaram membros do governo, é gradual. O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, Carlos Pio, afirmou que as ações são transversais, reduzem os custos e estimulam os investimentos.

O processo de negociação entre os sócios do Mercosul para reduzir a TEC está em curso e um corte linear de 10% pode ser anunciado nos próximos meses, disse Ferraz. “Pretendemos anunciar um corte também de 10% para esse complementar do nosso universo tarifário nos próximos meses, mas é difícil precisar uma data, evidentemente, porque se trata de uma negociação e a decisão final tem que ser fruto de uma orquestração entre os quatro sócios” afirmou.

Segundo ele, o processo está em bom andamento e há uma visão convergente entre os países de que a tarifa atual está desalinhada com os pares. A TEC é de 1995, afirmou, e nunca foi reformada, o que gera desconforto.

Quanto mais rápida a redução do chamado custo Brasil, mais rápida será a abertura comercial, frisaram membros da equipe econômica. “Não faremos abertura com prejuízo para as nossas empresas”, afirmou o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa. De acordo com ele, o custo Brasil já foi reduzido em mais de 10% e a expectativa é que continue a cair até o fim do governo.

Segundo ele, a equipe tem mapeadas as iniciativas necessárias para reduzir em R\$ 700 bilhões esse custo. Ele voltou a dizer ainda que uma medida provisória deve ser editada em breve para melhoria do ambiente de negócios. O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, afirmou que o texto já está no Palácio do Planalto.



Comentários

Mais do Valor **Econômico**

Dólar opera em baixa e juros curtos disparam após tom duro do Copom

Investidores avaliam comunicado do BC após alta da Selic acima do esperado



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

O enigma do novo gatilho de 95%

PEC 186 não resolve problema de acionar as medidas de ajuste

18/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Há uma unanimidade entre os analistas de que a despesa obrigatória da União, submetida ao teto de gastos, só vai ultrapassar 95% da despesa total em 2024 ou 2025. Este é o novo gatilho que dispara as medidas de ajuste das contas, introduzido pela PEC Emergencial, promulgada como emenda constitucional 109.

O problema do novo gatilho, no entanto, não está apenas na demora para ele ser acionado, mas também no fato de que se a despesa obrigatória chegar a 95% da despesa total, vários serviços públicos à população já estarão paralisados, ou, como preferem dizer os economistas, a administração estará em “shutdown”. Assim, a fixação do gatilho em 95% foi claramente um erro.

PEC 186 não resolve problema de acionar as medidas de ajuste

Em ofício ao Congresso Nacional, datado de 14 de dezembro de 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs mudança na meta fiscal deste ano e reestimou a receita e a despesa da União para 2021, uma vez que os parâmetros utilizados na elaboração do projeto de lei orçamentária anual (PLOA), em agosto do ano passado, estavam ultrapassados.

Nele, Guedes informa que o governo passou a trabalhar com despesas discricionárias de R\$ 96,2 bilhões, incluindo neste valor as emendas parlamentares, que, embora sejam impositivas, podem sofrer contingenciamento. O valor corresponde a 6,47% da despesa total da União submetida ao teto. As despesas discricionárias são os investimentos e o custeio da máquina, que o governo não é obrigado por lei a executar.

As despesas obrigatórias submetidas ao teto, por sua vez, estão em 93,53% do limite total do gasto definido para este ano, de R\$ 1.485,9 bilhões. Este percentual é uma aproximação porque o cálculo tem que ser feito, de acordo com a EC 109, para cada Poder e órgão público, pois eles possuem limites de despesa individualizados. Mas essa abertura de dados não está disponível no ofício do ministro. Sem as emendas parlamentares, as despesas discricionárias caem para R\$ 79,9 bilhões neste ano, o menor patamar da série histórica.

Mesmo com esse nível muito baixo para os investimentos e o custeio da máquina, o gatilho não é acionado, o que mostra o equívoco cometido. Uma conta simples demonstra a armadilha que foi criada. As despesas discricionárias teriam que cair mais 1,47 ponto percentual (6,47% menos 5%) da despesa total para que as medidas de ajuste possam ser adotadas. Ou seja, para chegar a 5% da despesa total neste ano, as discricionárias teriam que ser reduzidas para R\$ 74,3 bilhões, incluindo as emendas parlamentares, o que inviabilizaria a administração.

Em resumo, a EC 109 estabeleceu um gatilho que só poderá ser acionado quando a administração pública estiver em "shutdown". Com um agravante: como não se pode reduzir as emendas parlamentares, que estão indexadas pela inflação, o aumento futuro das despesas obrigatórias terá que ser compensado sempre com o corte do investimento e do custeio.

As razões que levaram à escolha de 95% como novo gatilho das medidas de ajuste são um enigma. Importantes integrantes da equipe econômica do governo defenderam que o gatilho ficasse em 94%. Então, porque o percentual de 95% prevaleceu? Este colunista apurou que foi uma decisão política do governo e ouviu que, até hoje, ela gera incômodo na área técnica.

Se o gatilho tivesse ficado em 94%, havia o risco de ele disparar já em 2022, ano eleitoral, com a adoção obrigatória de medidas impopulares de contenção de despesas. É difícil acreditar que a razão tenha sido esta porque, para evitar desgaste eleitoral, o governo optou por um percentual que não será atingido, pois, antes disso, a administração estará em “shutdown”.

Para que o leitor não perca o fio da meada, o objetivo original da PEC 186 era corrigir o principal problema do teto de gastos. Devido à má redação da emenda constitucional 95/2016, que instituiu o teto, o gatilho que acionava as medidas de ajuste das contas não disparava. Não havia maneira de o governo adotar medidas de contenção das despesas. Como as despesas obrigatórias não param de crescer, os investimentos e o custeio foram minguando cada vez mais.

No texto da PEC 186 que o governo enviou ao Congresso, em novembro de 2019, o gatilho disparava toda vez que a chamada “regra de ouro” das finanças públicas, que proíbe o aumento da dívida para pagar despesas correntes, não estivesse sendo cumprida.

Este referencial foi alterado e o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), com a concordância do governo, foi buscar o gatilho de 95% que constava da PEC 188. O resultado de tudo isso é que o gatilho que consta da EC 109 não permite acionar as medidas de ajuste para evitar o “shutdown” da administração e, portanto, não resolve o problema que estava colocado na EC 95.

Nova polêmica

Uma nova polêmica ganhou corpo entre os especialistas em finanças públicas. A PEC 186 instituiu, como foi dito nesta coluna em fevereiro passado, um novo marco para as finanças públicas. A âncora fiscal passou a ser a trajetória da dívida pública que será perseguida pelos governos federal, estadual e municipal. As metas de resultado primário serão definidas de forma a permitir que a trajetória da dívida seja cumprida. Para isso, os governos terão que adotar medidas de contenção de despesas e elevação de receitas que permitam alcançar as metas.

A raiz da polêmica está no fato de que o artigo da EC 109, ao tratar desta questão, prevê aprovação de lei complementar especificando “a trajetória de convergência do

montante da dívida com limites definidos em legislação”. O artigo 52 da Constituição define que é competência privativa do Senado fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos municípios. A discussão é se a EC 109 invadiu uma competência do Senado.

Na interpretação do Ministério da Economia, não há conflito entre o artigo 52 da Constituição e a EC 109. A atribuição do Senado, de acordo com esse entendimento, é fixar limite máximo para o endividamento dos entes. E o objetivo da EC 109 é fixar limites prudenciais para definir uma trajetória para a dívida, que, se superados, acionam os gatilhos das medidas de ajuste.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Confira o incrível resultado que este substituto do martelinho de ouro proporciona

SHOPMOLL

LINK PATROCINADO

Lista de carros para comprar por menos de 7 mil reais

PT TG CENTRO AUTOMOTIVO

LINK PATROCINADO

Celebridades que trocaram a fama por empregos comuns

LEARN IT WISE

LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quanto dinheiro Nego Do Borel ganhou como cantor

MISTERSTOCKS

LINK PATROCINADO

Carla Daniel tem quase 60 anos e a forma como vive agora é muito gratificante.

DIRECT HEALTHY

LINK PATROCINADO

Pablo Vittar é completamente irreconhecível sem maquiagem.

Passa projeto que autoriza gastos antes da aprovação do Orçamento

Sem essa decisão, União não teria recursos para pagar despesas essenciais já a partir de março

Por Renan Truffi, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro — De Brasília

18/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Sem o Orçamento deste ano aprovado até agora, o governo precisou da ajuda do Congresso Nacional para assegurar o pagamento dos salários dos servidores públicos em abril.

Os deputados e senadores aprovaram ontem projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 e autoriza o governo federal a executar R\$ 453,7 bilhões em despesas correntes. Os gastos programados dependiam da aprovação desse crédito suplementar por parte dos parlamentares, em exceção à regra de ouro.

Sem essa aprovação, a União não teria recursos para pagar despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública já a partir de março. "Alega o Ministério da Economia que a medida urge, tendo em vista que estariam esgotados em março os recursos não condicionados para acudir às despesas correspondentes, dentre as quais o pagamento de pessoal de certos órgãos e entidades do Poder Executivo, precatórios, aposentarias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, além do provimento de serviços públicos essenciais", diz o texto.

A matéria altera dois dispositivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, sendo que o principal deles autoriza a "substituição da fonte de recursos" por portaria da Secretaria de Orçamento Federal. O segundo esclarece que as

programações objeto de substituição de fontes se inserem às demais limitações para execução provisória durante a tramitação do Orçamento no Congresso. O relator do projeto foi o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

“A proposta objetiva autorizar a abertura de créditos suplementares, alterando a fonte prevista para despesa, de uma indicação pendente de aprovação por maioria absoluta dos parlamentares por outras regularmente elencadas no arcabouço normativo pátrio. Ao fazer isso, igualmente prevê a mudança do órgão orçamentário, para atribuir a execução àquele que tem a competência pela política pública resultante”, justificou o emedebista.

Na prática, o projeto autoriza a abertura do crédito necessário, mas exige que a União encontre outra fonte de recursos, deixando essa indicação pendente de aprovação por maioria absoluta dos parlamentares. Uma das possibilidades é que o Executivo faça um remanejamento dos recursos, por meio de transferência de outras áreas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Coisas incríveis que a rainha da Inglaterra possui

CAR NOVELS

LINK PATROCINADO

O filho de Romário cresceu e está incrivelmente bonito

BUZZ TREATMENT

LINK PATROCINADO

Provavelmente já se tinha esquecido dos filhos já crescidos destas celebridades

BESTFAMILYMAG.COM

LINK PATROCINADO

Esses gêmeos foram chamados de "os mais bonitos do mundo", espere até vê-los hoje

BEAUTIFULTRENDSTODAY

LINK PATROCINADO

Todos os ladrões estão assustados com este sistema econômico de video vigilância.

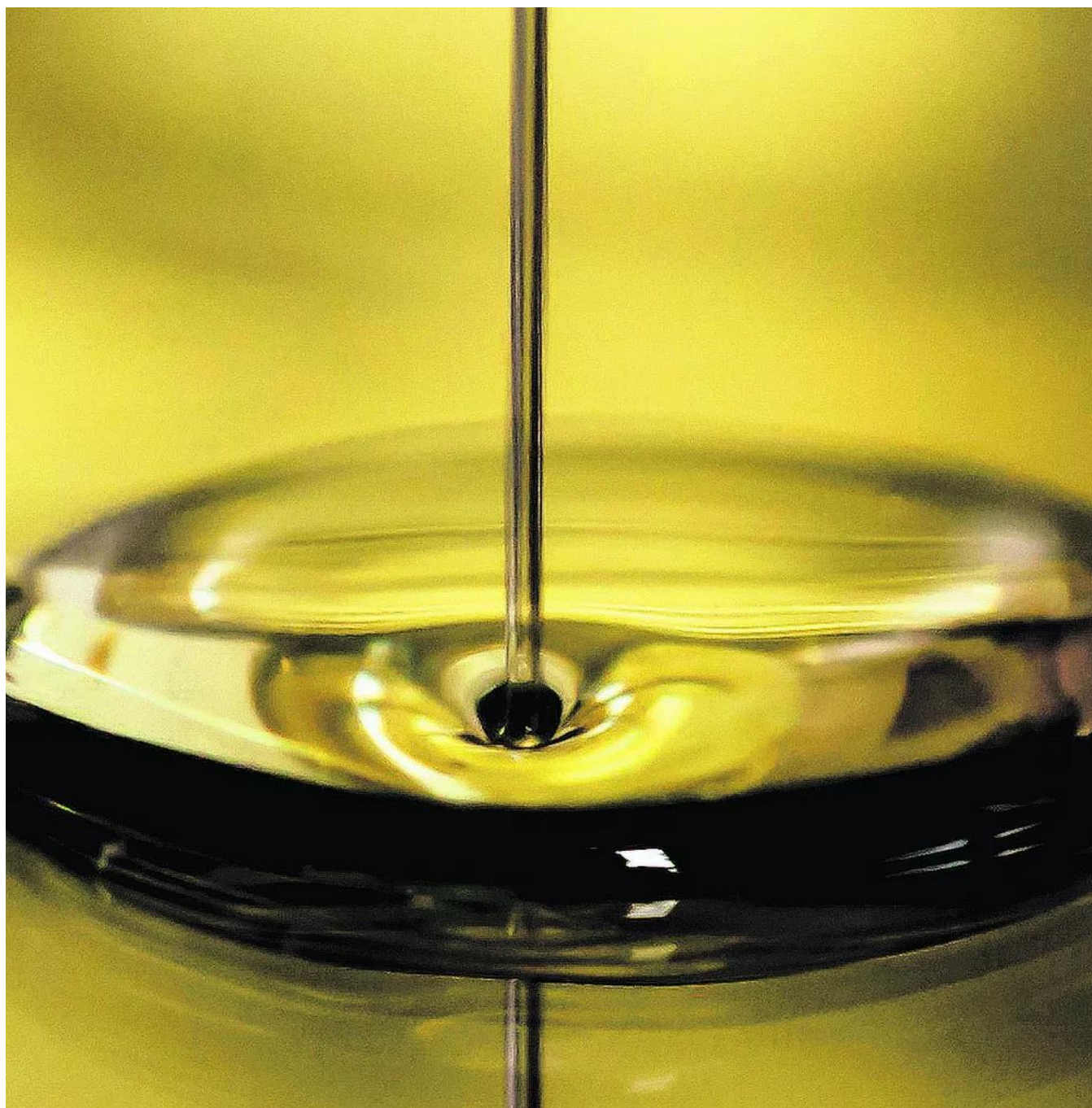
VERISURE

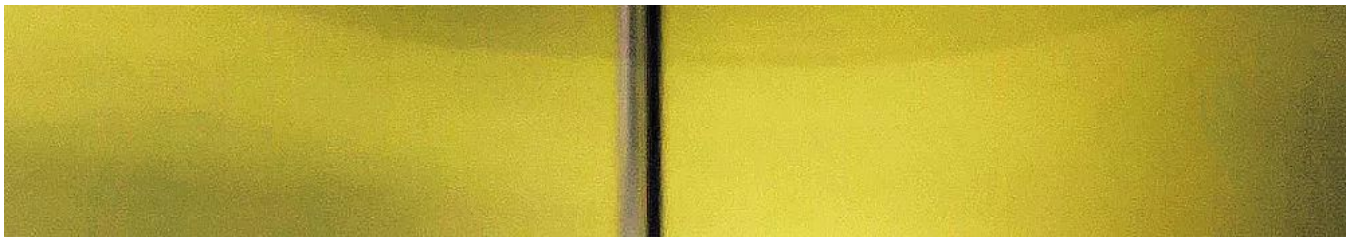
O que fazer com os preços dos combustíveis

Impostos flexíveis e fundos de estabilização podem atenuar volatilidade

Por Almeida, Losekann e Rodrigues

18/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Pixabay

Nos últimos dias, assistimos mais um episódio da dificuldade de lidar com preços dos combustíveis em contexto altista. Assim como em 2018, o presidente da Petrobras, fiador da política de paridade internacional de curto prazo, perdeu seu posto.

O preço da gasolina nos Estados Unidos (Gulf Coast Conventional Gasoline Regular Spot Price), principal referência internacional, subiu 83% desde o início de novembro. Por sua vez, o preço para gasolina da Petrobras para entrega em Duque de Caxias subiu 77%.

Deve-se preservar a lógica do preço de mercado competitivo para evitar poder de mercado de qualquer agente

Há três problemas econômicos relacionados ao preço dos combustíveis no Brasil. O primeiro problema é volatilidade dos preços internacionais dos derivados, que se soma à volatilidade da taxa de câmbio no Brasil. O segundo problema é o nível dos preços. O terceiro problema é o repasse dos preços das cadeias produtivas. A questão do repasse é sensível na atividade de frete, onde a sobreoferta dificulta o repasse integral das variações do preço do diesel, causando insatisfação dos caminhoneiros.

Esses três problemas têm consequências econômicas e políticas significativas. Em nossa opinião, estes problemas podem e devem ser enfrentados com políticas e instrumentos adequados, já utilizados na experiência internacional. Ao mesmo tempo, é fundamental manter o alinhamento dos preços domésticos ao mercado internacional sob pena de criar graves distorções no consumo de energia e na indústria de petróleo nacional.

A transmissão da volatilidade internacional em preços tão relevantes em termos sociais e econômicos, como diesel, GLP e gasolina, pode induzir decisões não eficiente de consumo e de investimento. A experiência internacional indica mecanismos para atenuar a volatilidade como impostos flexíveis e fundos de estabilização. A previsibilidade é importante na tomada de decisões de consumo e investimento produtivo.

A mudança na forma de cobrança dos impostos, principalmente ICMS, através de taxa fixa sobre a quantidade (R\$/litro), conforme a proposta do governo federal, ajudaria a mitigar a volatilidade. Na forma ad valorem atual, o tributo é um propagador da volatilidade. Com base na projeção de preços, a taxa poderia ser definida anualmente. É importante destacar que essa questão, se separada da unificação de alíquotas e de seus níveis, pode ser atacada sem implicações fiscais para os Estados. A previsibilidade fiscal deveria ser benéfica à continuidade de políticas públicas dos Estados.

Os impostos federais (PIS/Cofins e Cide) podem ser unificados em um único imposto específico flutuante. O valor deste imposto poderia ser determinado através de uma fórmula que buscasse amortecer a volatilidade do preço dos derivados na refinaria. Cabe ressaltar que quando os preços do petróleo sobem, o governo federal aumenta sua arrecadação via royalties, participações especiais e óleo lucro do governo nos contratos de partilha.

Desta forma, seria possível reduzir o valor do imposto federal específico para mitigar o impacto nas bombas, sem perda de arrecadação pelo governo federal. Da mesma forma, a fórmula reajustaria o valor do imposto no cenário de queda dos preços nas refinarias.

A questão do repasse de preços pode gerar perdas de bem estar ao longo da cadeia. As perdas estão relacionadas às imperfeições de mercado nas etapas de produção. No caso do diesel, o repasse de alterações de seu preço para o frete é dificultado pelo excesso de oferta nessa última atividade. O tabelamento do frete, como qualquer piso de preços, é uma medida que tende a gerar distorções alocativas e seu monitoramento é inviável. Soluções específicas para proteger a renda dos caminhoneiros, que apresentem menores custos sociais do que o controle de

preços, devem ser buscadas pelo governo, como ajuda à reconversão no mercado de trabalho e o refinanciamento das dívidas.

Em nosso entendimento, as ações de coordenação no mercado de combustíveis não devem descolar os preços domésticos dos preços do mercado internacional. Subsídios aos combustíveis fósseis vão na contramão da descarbonização da matriz energética. Os instrumentos fiscais devem funcionar para estimular a transição energética. O arcabouço institucional brasileiro, com upstream e downstream liberalizados, não é compatível com administração de preços.

Utilizar a Petrobras para segurar preços tem consequências desastrosas, como o período 2011 a 2014 demonstrou. A experiência do diesel em 2018 mostrou que utilizar recursos fiscais para esse fim é extremamente custoso para a sociedade em contexto de restrição orçamentária, e ineficaz.

Por fim, a busca de uma política sustentável para os preços de combustíveis no país deve fazer princípios e objetivos de longo prazo para o setor que são: i) a promoção da concorrência e da transparência de preços no mercado; ii) a busca da simplificação, racionalização e otimização tributária para reduzir não apenas a volatilidade, mas também as fraudes e sonegação; iii) o combate ao roubo de combustíveis e práticas ilegais que distorcem a concorrência setorial; e iv) a descarbonização do setor através da diversificação da matriz do setor de transporte com gás natural, biocombustíveis e eletrificação da frota.

O debate político e regulatório deve ser orientado para formas de promover a efetiva competição no mercado de combustíveis. Deve-se preservar a lógica do preço de mercado competitivo de paridade de importação e os custos de internação dos derivados, no caso de importação. Com isso, seria evitado o poder de mercado por qualquer agente relevante e, por outro, estaria garantida aos novos investidores a segurança institucional de que haverá a prática de preços de mercado competitivos no ambiente de negócios brasileiro.

Edmar de Almeida, doutor em Economia pela Universidade de Grenoble, é professor licenciado do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador no Instituto de Energia da PUC-Rio.

Prévia da arrecadação federal indica alta de 4,7% em fevereiro, afirma Ibre

Cálculos sinalizam resultado recorde para o mês, como indicado por Guedes

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

18/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Impulsionada por um forte incremento na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a arrecadação federal total deve apresentar alta de 4,7% em fevereiro, nos cálculos do economista Matheus Rosa Ribeiro, do Núcleo de Economia do Setor Público do Ibre/FGV, a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. Os dados oficiais serão divulgados pela Receita Federal nos próximos dias.

A arrecadação alcançou R\$ 128,3 bilhões por esses cálculos, 10,2% mais que em fevereiro de 2020. Confirmada essa estimativa, terá sido um recorde para o mês, tal como antecipado nesta semana pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Outro sinal positivo: nos últimos meses, a arrecadação praticamente não crescia, se fossem descontados os pagamentos de tributos diferidos (adiados) nos meses mais agudos do isolamento social em 2020. O que se viu em fevereiro foi crescimento, num mês em que não eram esperados esses recolhimentos.

“Mas é preciso cautela para, a partir dos resultados, falar em tendência positiva ou arrecadação em alta nos próximos meses”, alertou Ribeiro. Os recolhimentos de impostos e contribuições em fevereiro refletem a atividade econômica de janeiro.

Hoje, porém, o cenário econômico é diferente. “A possibilidade de novos lockdowns pode influenciar negativamente a atividade e a arrecadação.”

É preciso também estar atento ao analisar a arrecadação nos próximos meses. Em relação a igual período do ano passado, eles poderão mostrar crescimento. No entanto, é preciso considerar que a base de comparação são os meses de maior impacto das medidas de isolamento social em 2020.

Pela prévia de Ribeiro, o principal fator de elevação da arrecadação de fevereiro foi o desempenho de IRPJ e CSLL, que apresentou alta real pelo sexto mês consecutivo. Os dados apontam para crescimento de 40,1% na comparação com fevereiro de 2020 para esses dois tributos.

Na avaliação de Ribeiro, esse desempenho pode ser explicado pela melhora dos indicadores da atividade econômica em relação aos primeiros meses da pandemia. Nos últimos meses, a Receita tem registrado também recolhimentos atípicos motivados por reorganizações societárias das empresas. Com os dados disponíveis, porém, não é possível saber se essa foi a razão da alta.

A alta do dólar acabou puxando para cima a arrecadação de tributos como o Imposto de Importação, que teve alta de 38,4%, e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação, que aumentou 49,7%.

No total, o IPI apresentou crescimento de 27,3%, no sétimo mês consecutivo de crescimento. A única categoria do IPI que apresentou queda foi a de bebidas, com recuo de 15,8%.

O destaque negativo fica por conta das receitas previdenciárias, que recuaram 3,7%. Nesse caso, a principal explicação é a queda no mercado de trabalho. “Embora não tenhamos massa salarial para janeiro, os resultados de dezembro apontam para uma situação pior que há 12 meses atrás no mercado de trabalho.”

Outra queda importante pode ser vista no Imposto de Renda Retido na Fonte, de 5,9%.



Setores da indústria veem decisão injusta e precipitada

Segundo Abinee, associações tinham reunião com Paulo Guedes marcada para a próxima semana

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

18/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Representantes das indústrias elétrica e de máquinas se dizem surpresos com a decisão do governo federal de reduzir o Imposto de Importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicações (BIT). “É um incêndio por semana que a gente tem de apagar no Brasil”, diz Humberto Barbato, presidente da associação da indústria elétrica e eletrônica, a Abinee.

Juntos, BK e BIT reúnem 30 mil empresas, que empregam 1,1 milhão de funcionários diretos e 3,5 milhões indiretos, faturam cerca de R\$ 400 bilhões e exportam US\$ 21 bilhões, lista José Velloso, presidente-executivo da associação da indústria de máquinas e equipamentos, a Abimaq. “Vai ter impacto em toda essa cadeia, é enorme.”

Como política econômica, Velloso avalia que a medida é um equívoco. “Vai gerar desemprego na pandemia, afetando vagas formais e de qualidade. Vai impactar exportações e diminuir arrecadação”, diz ele, acrescentando que a decisão tampouco atrai investimentos. “Investimento, hoje, é vacina e crescimento econômico, mas estão prejudicando o maior setor manufatureiro do país.”

Velloso reforça que a Abimaq não é contra abertura comercial, mas diz que a decisão não foi transversal. “Não mexeram no resto da indústria, agricultura e mineração, nos nossos insumos”, aponta. Isso é ainda mais danoso, segundo ele, porque a indústria enfrenta pressão inflacionária nas matérias-primas, que, em 12 meses até fevereiro, sobem 75%, pelo indicador da FGV. “Bens intermediários e insumos em geral, 35%. A inflação dos nossos preços de venda, ou seja, o que conseguimos repassar, foi de 16% em 12 meses. Estamos espremidos pelos custos e agora ainda teremos que reduzir nossos preços de venda em 10% para competir. Impossível, não tem margem para isso”, afirma.

Ele questiona por que o governo não esperou a reunião do Mercosul, no dia 26, para aprovar uma redução da Tarifa Externa Comum (TEC). “Se o Mercosul não der permissão, o Brasil já baixou BK e BIT. O governo escolheu o perdedor.”

A Abinee também se diz “bastante incomodada” com a forma da mudança. Segundo Barbato, associações já tinham reunião com o ministro Paulo Guedes marcada para a próxima semana. “Ficamos chateados também porque sempre falamos para o ministro que não poderia começar só por BK e BIT, é injusto”, afirma, reforçando não entender por que o governo não esperou a reunião do Mercosul. “Parece um pouco improvisado. Vai trazer insegurança e prejuízo ao setor.” Nesse sentido, Velloso critica a falta de previsibilidade. “Daqui sete dias está valendo e nenhum empresário se preparou.”

Já para a indústria importadora, o intuito da decisão vai na direção correta, mas ainda é pouco. “Se for 10% da alíquota, é uma redução tímida, não vai resolver a necessidade de baratear o custo das máquinas importadas”, diz Paulo Castelo Branco, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais (Abimei).

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Dólar opera em baixa e juros curtos disparam após tom duro do Copom

Investidores avaliam comunicado do BC após alta da Selic acima do esperado

STJ nega exclusão do ICMS-ST da base do PIS/Cofins

Esta é primeira manifestação dos ministros depois de o Supremo Tribunal Federal deixar a questão nas mãos do STJ

Por **Bárbara Pombo** — De São Paulo

18/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Ministro Mauro Campbell Marques: imposto jamais esteve formalmente incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins — Foto: Divulgação

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, por unanimidade, a possibilidade de uma empresa excluir o ICMS-ST (substituição tributária) da base de

cálculo do PIS e da Cofins. Trata-se da primeira manifestação dos ministros depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) resolver deixar a questão nas mãos do STJ.

Para o relator do caso, ministro Mauro Campbell Marques, não é possível excluir o imposto estadual recolhido na sistemática da substituição tributária porque “jamais esteve formalmente incluído nessa mesma base de cálculo”. O processo foi julgado em sessão virtual (AgInt no REsp 1885048), sem debate entre os ministros.

Neste mês, a própria 2ª Turma deve voltar a analisar a questão, ao analisar outro recurso (REsp 1.864.092/PR). Desta vez, por meio de videoconferência, o que possibilitará às partes apresentarem defesa oral.

A substituição tributária é uma forma de arrecadação em que um contribuinte da cadeia de consumo é o responsável por recolher o imposto para os demais. O objetivo é facilitar a fiscalização quanto ao pagamento dos valores devidos ao Estado.

Há uma peculiaridade nessa sistemática de recolhimento que foi levada em conta pelos ministros da 2ª Turma do STJ. O ICMS-ST é destacado formalmente na nota fiscal de aquisição das mercadorias, mas não na nota fiscal de saída ou de revenda do produto.

Mas a ausência de destaque do ICMS-ST na nota de revenda, de acordo com advogados, não significa que o imposto tenha deixado de compor o valor da mercadoria, o que gera repercussão econômica do tributo na operação. Além disso, afirmam que na nota fiscal eletrônica consta a informação de que o ICMS-ST foi recolhido.

Para o ministro Campbell, porém, “é da natureza de todos os tributos a repercussão econômica”, logo não seria suficiente para excluir o ICMS-ST na base do PIS/Cofins, que é o faturamento das empresas. “A existência de repercussão meramente econômica não é suficiente para ensejar a condição jurídica de contribuinte ou responsável o que, porventura, possibilitaria a exclusão pretendida”, afirma no voto.

Além disso, o ministro julgou que o destaque do imposto estadual na nota fiscal eletrônica serve apenas para controle fiscal. “Os informes de ‘ICMS Cobrado

Anteriormente por STJ preenchidos eletronicamente pelo substituído existem apenas para efeito de controle fiscal, não o transformando em contribuinte de direito da exação, mas apenas informando sua repercussão econômica, o que não é suficiente para possibilitar a ‘exclusão’ pretendida”, diz.

Advogados avaliam que o STJ se prende a uma questão formal e deixa de considerar a repercussão jurídica da questão. As legislações dos Estados estabelecem que se o responsável tributário deixa de recolher o imposto, os substituídos devem pagar.

“O contribuinte substituído não está livre do encargo”, argumenta o advogado Renan Godoy, do escritório Giordani & Advogados Associados, que representou o contribuinte no caso julgado em sessão virtual.

No caso analisado pelos ministros da 2ª Turma, também não se reconheceu o direito do contribuinte de tomar créditos de PIS e Cofins sobre o valor pago na etapa anterior a título de ICMS-ST. Essa discussão não é nova e dividiu as duas turmas que analisam questões tributárias no STJ. A 1ª Turma admite e a 2ª Turma nega o creditamento.

“A questão foi superada nas turmas e agora a 1ª Seção deve pacificar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto a partir de embargos de divergência”, afirma o procurador da Fazenda Nacional Marcelo Kosminsky.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moça tira foto do namorado – mas quando dá um zoom, chama a polícia imediatamente

BRIGHT-SIDE.LIFE

LINK PATROCINADO

Coma isso e cuide do seu coração

RICH HOUSES

LINK PATROCINADO

Depois que descobri essa cera nunca mais gastei com funilaria

REMOVEDOR DE RISCOS

LINK PATROCINADO

mercado



Bar fechado na Vila Madalena, em SP, em razão das medidas contra a pandemia; estabelecimentos terão mais crédito Eduardo Anzelli - 14.mar/21/Folhapress

Doria recua no ICMS para leite e carne e anuncia mais crédito

Microempresas terão mais R\$ 100 mi em empréstimos e adiamento de parcelas

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A redução do ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) do leite pasteurizado e das carnes vendidas a estabelecimentos enquadrados no Simples Nacional foi anunciada nesta quarta (17) pelo governador João Doria (PSDB).

O leite pasteurizado, que desde 15 de janeiro está com alíquota de 4,14%, volta a ter a isenção do imposto estadual.

No caso das carnes, a redução da base de cálculo beneficiará empresas do Simples que compram diretamente nos frigoríficos. Elas voltarão a pagar 7% de ICMS nas operações.

As novas mudanças entram em vigor no dia 1º de abril.

Em entrevista no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, o vice-governador

Rodrigo Garcia disse que a decisão é "um gesto muito claro do governo de tentar apoiar esses setores".

Garcia, que é também secretário de Governo, afirmou que cerca de 150 mil produtores serão beneficiados pela isenção do ICMS do leite pasteurizado. No caso da proteína animal, ele disse que a medida poderá "manter os empregos em São Paulo e não perder para outros estados a comercialização desses produtos".

Sem o benefício fiscal, a alíquota para negociações de todos os tipos de carnes (bovina, suína, ovinha, caprina e de aves) fica entre 12% e 13,3%.

Além de açougues, a volta do benefício fiscal beneficia restaurantes, pois a compra dos itens é um peso importante na composição de custos da operação.

Garcia disse que o secretário de Fazenda, Henrique Meirelles, está pleiteando a prorrogação do pagamento de tributos das empresas enquadradas no Simples Nacional. No ano passado, o Comitê Gestor do Simples Nacional aprovou o adiamento dos pagamentos por 90 dias.

O presidente-executivo da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Solmucci, disse na segunda (15) que o compromisso de que o governo recuará do aumento foi firmado na semana passada, após reunião com o governo.

"O que a gente levou para nós é que o setor [de restaurantes] está destruído e ainda tomou um brutal aumento de impostos. Estamos buscando toda ajuda possível. Uma alta de 90% no ICMS das misturas é inviável", afirmou à Folha.

As restrições impostas pelo governo estadual ao funcionamento do comércio, na tentativa de conter a circulação do novo coronavírus, derubam o faturamento do setor. Atualmente, eles só podem trabalhar com drive-thru ou entregas.

Nesta quarta, o governo de São Paulo anunciou também a liberação de R\$ 100 milhões em crédito do Banco do Povo e do Banco Desenvolve SP para atender os setores mais afetados pela crise econômica decorrente da pandemia.

Segundo a secretária Patricia Ellen, de Desenvolvimento Econômico, o dinheiro emprestado pela Desenvolve SP poderá ser usado para capital de giro de microempresas —aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil. A prioridade será atender bares e restaurantes, hotéis, co-

mércio, eventos, academias e setor de beleza.

O crédito terá carência de 12 meses e taxa de 1% ao mês mais a taxa Selic.

Patricia Ellen destacou que, nessa linha, o banco ligado ao governo não exigirá certidão negativa de débito, exceção que teria sido um pedido dos setores econômicos.

A gestão estadual anunciou ainda o adiamento, por três meses, nos pagamentos de parcelas para quem já tem empréstimo com a Desenvolve SP. Por meio do Banco do Povo, o crédito será destinado a micro e pequenas empresas.

No início de janeiro, o governo paulista cancelou mudanças feitas na tributação de ICMS em 2020, em meio a um ajuste fiscal, e manteve a isenção do imposto estadual para produtos frescos, como frutas, verduras, legumes e ovos, e para operações internas de insumos agropecuários.

Medicamentos genéricos mantiveram a alíquota reduzida. No decreto publicado no ano passado, esses produtos passariam de um ICMS de 12% para 13,3%.

Entidades do setor lácteo dizem que a cobrança representa pouco em arrecadação para o governo, mas muito sobre o trabalho de 6.000 pequenos produtores, a maioria ligada a cooperativas da região do Vale do Paraíba.

Segundo a Abraleite (Associação Brasileira dos Produtores de Leite), a arrecadação de ICMS gerada pela produção do leite pasteurizado está na faixa de R\$ 1 milhão por mês, chegando a R\$ 12 milhões ao ano.

As mudanças feitas pelo governo de São Paulo nos benefícios fiscais de ICMS resultaram em ações judiciais de diversos setores —medicamentos, indústria, hospitais— e na realização de protestos e tratorações.

A gestão Doria diz ter feito um corte linear de 20% no total de benefícios tributários concedidos a diversos setores. A redução foi possível pela lei do ajuste fiscal, que autorizou o governo a reverter isenções e reduções de ICMS. Para a aplicação da lei, enquadrou toda alíquota inferior a 18% como um benefício fiscal passível de redução.

Em fevereiro, 26 deputados estaduais assinaram um projeto de lei para revogar a lei que permitiu a revisão dos benefícios de ICMS. A proposta está sob análise das comissões temáticas da Assembleia Legislativa.

Medidas anunciadas pelo governo de SP

LEITE PASTEURIZADO

A partir de 1º de abril, volta a ter a isenção do ICMS, que está em 4,14% desde 15 de janeiro

CARNES

Alíquota do ICMS para estabelecimentos enquadrados no Simples Nacional, que está em 12% e 13,3%, voltará a ser de 7%

CRÉDITO

Liberação de R\$ 100 milhões em crédito do Banco do Povo e do Banco Desenvolve SP; prioridade será atender bares e restaurantes, hotéis, comércio, eventos, academias e setor de beleza. Para capital de giro, o crédito terá carência de 12 meses e taxa de 1% ao mês mais a taxa Selic. Além disso, adiamento, por três meses, nos pagamentos de parcelas para quem já tem empréstimo com o Desenvolve SP

Petrobras diz que comitê interno aprovou indicação de Luna

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras informou na noite de terça-feira (16) que o comitê responsável por analisar as indicações para sua administração aprovou o nome do general da reserva Joaquim Silva e Luna para ocupar a presidência da companhia, além de uma vaga no conselho de administração.

Em nota, a empresa disse que, na avaliação do comitê, não há vedações à sua nomeação, apesar de Luna e Silva não ter longa experiência no setor de petróleo ou na direção

de companhias de porte semelhante. Hoje no comando de Itaipu Binacional, Luna e Silva fez carreira no exército.

Análise do currículo do general é alvo de um dos quatro processos abertos pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para investigar a troca de comando da Petrobras, anunciada por Bolsonaro em rede social no dia 19 de fevereiro.

A nomeação de Silva e Luna ainda será analisada em assembleia de acionistas marcada para 12 de abril. Como o governo tem maioria do capital votante, não há chances

de a indicação ser rejeitada, apesar do descontentamento do mercado com a demissão do atual presidente, Roberto Castello Branco.

A Petrobras informou que a ata da reunião do Comitê de Pessoas só será divulgada em sete dias. A Folha apurou que, na avaliação do grupo, a experiência do general se enquadra no item C do decreto 8.945, de 2016, que estipula regras para nomeações em estatais.

Em geral, os requisitos incluem atuação em empresas do mesmo setor de atuação da estatal ou em empresas do

mesmo porte e conhecimento acadêmico na área de atuação da empresa.

Mas o item Cabre espaço para indicação de servidores, ao permitir nomeações de pessoas com "quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente à nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em pessoa jurídica de direito público interno".

O comitê que aprovou a indicação é formado por dois membros do conselho de administração da empresa, o militar da reserva Ruy Flaks Sch-

neider e o advogado Leonardo Pietro Antonelli, e por dois executivos externos, o advogado Tales José Bertozzo Bronzato e o administrador Sergio Luiz de Toledo Piza.

A experiência de Silva e Luna em cargos de comando no Exército foi considerada como suficiente para o enquadramento nesse requisito. Ele comandou a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé (AM), foi chefe de gabinete do comandante do Exército e chefe do Estado-Maior do Exército. Em 2018, foi ministro da Defesa de Michel Temer.

A Petrobras não informou o mapa de votação, mas a Folha apurou que os dois representantes do conselho foram a favor da nomeação de Silva e Luna. Antonelli foi um dos conselheiros que renunciará a novo mandato em protesto contra a mudança no comando.

Ao todo, cinco representantes do governo declinaram do convite para permanecer no cargo. Eleito para vaga do governo a partir de uma manobra dos minoritários, Antonelli disputará na próxima assembleia uma das vagas reservadas a esses acionistas.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.F.J. 00.833.874/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00166.2021 - RC48194.2021
Objeto: Publicação impressa RISK MANAGEMENT HANDBOOK FOR HEALTH CARE ORGANIZATIONS.

Cotação - Processo IPT Nº DL00171.2021 - RC47724.2021
Objeto: Fornecimento de Cido Liquefeito de Petróleo (GLP).

Cotação - Processo IPT Nº DL00174.2021 - RC47329.2021
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados para Descupinização.

Cotação - Processo IPT Nº DL00175.2021 - RC48329.2021
Objeto: Manutenção corretiva para o equipamento Destilador Atmosférico Automático, marca: ISL, modelo: AF 80 5G, nº de série 1399.

Data Final para apresentação de proposta: 22/03/2021 até as 17:00h
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone-e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

Fundação Zerbini
CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13
Extrato de Contrato

Emendas Parlamentares Antônio Carlos Mendes Thame - Convênio 853402/2019 e Josias Gomes - Convênio 853422/2019 - Processos: 2772-2803/2019 - PP 021/2019. Objeto: Microcomputadores I3 com monitor 21.5. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Aparecida de Fátima da Costa - Eireli. CNPJ: 02.345.052/0001-51. Valor Total estimado: R\$ 320.621,00. Data de assinatura do Contrato: 08/01/2021-Vigência: até 24/03/2021 a contar do 1º dia útil seguinte da data de assinatura. Valmir Oliveira e Rafael Miranda - p/ Equipe de Apoio.

EDITAL DE INTEROÇÃO
Processo Digital nº: 1050370-21/2020 8.26.8988. Classe - Assunto: Nomeação - Nomeação: Renata de Fátima Lodi Souza - Renata de Fátima Lodi Souza. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTEROÇÃO DE ARNALDO RAFAEL SOUZA REQUERIDO POR MARIA DE FÁTIMA LÓDI SOUZA - PROCESSO Nº1050370-21/2020 8.26.8988. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional VIII - Tanque, Estado de São Paulo, Di. LARISSA DE SOUZA, em nome da Lei, dá FÉZ SABER aos que o presente edital vierem ao dolo conhecimento havem que, por sentença proferida em 15/01/2021, foi decretada a INTEROÇÃO de ARNALDO RAFAEL SOUZA, RG 2.170.564.3, CPF 052.546.988-63, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza registral e patrimonial e nomeado como CURADOR DATIVO/JUDICIAL, em caráter DEFINITIVO, a Sr. Gulherme Chaves Sant'anna CABSP 100.912. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de janeiro de 2021.

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/UNIDADES AFILIADAS convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 012/2021 ID 2781, realizado para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE VALE TRANSPORTE. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.paulinexo.com.br/pr/e/2781

SEGUROS SURA S.A.
CNPJ/MF nº 33.005.899/0001-27 - NIRE 25.300.151.577
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da Lei, os Sr. Acionistas da SEGUROS SURA S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizarse às 14 horas, do dia 24 de março de 2021, por videoconferência em plataforma digital, por meio de link a ser indicado e informado aos acionistas mediante convocação via e-mail: judicial@segurossura.com.br para deliberar sobre o seguinte Ordem do Dia: (a) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração, Balanço Patrimonial, parecer dos Auditores Independentes e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (b) Fixação da remuneração dos membros da Administração da Companhia; e (c) Reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 16 de março de 2021
EDGARDO GABRIEL BUGALLO - Diretor Presidente

Opinião do GLOBO

BC acerta ao elevar a taxa básica de juros

Não havia alternativa diante da aceleração dos preços, do quadro cambial e do cenário internacional

A alta na taxa básica de juros, a primeira em quase seis anos, era inevitável. Não havia alternativa para o Conselho de Política Monetária (Copom), do Banco Central, diante da aceleração dos preços. O próprio BC já sinalizara o fim do período de quase sete meses, iniciado em agosto do ano passado, com a Selic em seu nível histórico mais baixo, 2%. Pode-se discutir se foi correta a dose adotada: 0,75 ponto percentual de alta, para 2,75%. De todo modo, o ciclo de queda nos juros iniciado em julho de 2016 tinha data marcada para acabar. Foi ontem.

Na ata da reunião anterior, em janeiro, o BC já admitia que a elevação no preço das commodities no exterior aumentava as expectativas de inflação mais alta, impulsionadas também pelo efeito do enfraquecimento do real no mercado interno. Tais expectativas estão disseminadas e devem mesmo ser contidas. Há várias semanas as projeções do mercado têm subido, e o BC precisava ativar a política monetária. A última estimativa colhida pelo BC no mercado foi de 4,60%, bem acima da meta anual de 3,75%.

Em fevereiro, o IPCA anualizado chegou a 5,20%, quase no limite superior da meta (5,25%), e nada indica que mudará de tendência no curto prazo. O índice mensal foi de 0,86%, o mais alto para fevereiro desde 2016. Alimentos e combustíveis puxaram a inflação. Apenas a gasolina foi responsável por 42% da alta.

Alimentos e bebidas subiram 0,27% no mês passado. Nos 12 meses desde março de 2020, quando a OMS confirmou a pandemia de Covid-19, ficaram 15% mais caros. Produtos que também são exportados refletem nos preços internos o impacto da alta no exterior e da desvalorização do real. O óleo de soja aumentou 88%; cereais, leguminosas e oleaginosas, 58%, e as carnes ficaram 30% mais caras. Por trás desses números, está também a pressão das importações da China, que não demorou a controlar a pandemia e voltou a consumir com avidez.

O BC precisava fazer o que fez. Os juros de longo prazo no mercado financeiro haviam descolado bastante da Selic. A taxa de dez anos está na faixa dos 8%, uma defasagem que torna mais difícil rolar a dívida in-

terna. A baixa atividade econômica e o desemprego elevado não justificam qualquer imobilismo do BC.

A mistura de inflação com recessão, como aconteceu em 2015 e 2016, ainda com Dilma Rousseff no Planalto, não traz boas lembranças. A primeira decisão do BC no governo Michel Temer, sob Ilan Goldfajn, foi manter a Selic nas alturas, em 14,25%. Coube a Goldfajn fazer uma aterrissagem suave, enquanto a política fiscal era ajustada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Os tempos agora são outros. O BC acaba de ganhar autonomia por lei, condição importante para enfrentar o choque inflacionário. Crescem as expectativas de alta nos preços mundo afora, diante dos vários programas de ajuda de cunho social e econômico, com a consequente ampliação de déficits públicos. Mesmo que o Fed americano tenha sinalizado que não subirá os juros por lá até 2024, o caso brasileiro é diferente. Aqui há a desvalorização cambial, impulsionada por um governo que não tem a confiança dos investidores e torna o país um pária pelo fracasso trágico e retumbante na proteção da população contra o coronavírus.

COM O AVAL DE BOLSONARO

Congresso perdoa dívida de R\$ 1,4 bilhão das igrejas

BRUNO GÔES E PAULO CAPELLI
quarta-feira, 18 de março de 2021

Com apoio do presidente Jair Bolsonaro, o Congresso derrubou ontem um veto imposto por ele meses atrás para abrir caminho a um perdão de dívidas tributárias de igrejas e templos religiosos. Segundo o Ministério da Economia, a perda de arrecadação pode chegar a R\$ 1,4 bilhão. Por outro lado, o benefício favorece a segmentos importantes da base de apoio do presidente, num momento de instabilidade de sua popularidade, conforme mostrou a mais recente pesquisa Datafolha (leia mais abaixo).

Bolsonaro declarou ser a favor da derrubada do próprio veto desde o início, dizendo ter barrado a medida por ter sido advertido por sua equipe técnica de que a sanção poderia justificar a abertura de um processo de impeachment. A concessão a favor das igrejas, então, foi organizada pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), tendo aval também da oposição.

O presidente tem apoio de vários pastores de diferentes denominações religiosas e frequentemente os recebe ou participa de atividades em templos. Na última segunda-feira, o presidente

se reuniu em seu gabinete no Palácio do Planalto com um grupo liderado por Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. O pastor afirmou que o encontro foi apenas para informar o presidente da convocação de um dia de jejum "em favor da nação brasileira" marcado para o fim do mês.

O artigo que havia sido vetado por Bolsonaro em setembro de 2020 isentava pagamento de valores referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e as multas por não quitação do tributo.

No estudo do veto enviado pelo Ministério da Economia ao Congresso, a pasta justifica a manutenção do veto: "Percebe-se que não foram atendidas as regras orçamentárias para a concessão de benefício tributário, (...) podendo a sanção incorrer em crime de responsabilidade deste Presidente".

INCENTIVO AO PARLAMENTO

Na época em que vetou o dispositivo, Bolsonaro afirmou nas redes sociais que tomou a decisão para evitar "um quase certo processo de impeachment". Na ocasião, ele incentivou que o Congresso contrariasse a posição do governo: "Confesso, caso fosse deputado ou senador, por ocasião da análise do veto, votaria pela derrubada do mesmo".

Sua declaração motivou o



Bênção. O presidente Jair Bolsonaro, o segundo de costas a partir da esquerda, participa de oração com evangélicos, como o pastor Silas Malafaia, à direita

R\$ 91

milhões

É o débito com o governo da Igreja Mundial do Poder de Deus, do pastor Valdemiro Santiago, um dos mais altos do setor

439

deputados

Foi o número de parlamentares que votaram a favor da operação de divórcio tributário das igrejas, contra 19 que foram contrários

Congresso. Ontem, 439 deputados se posicionaram para derrubar o veto e apenas 19 foram contrários ao perdão. Já no Senado, a votação teve o placar de 73 a 1.

Outra iniciativa que futuramente pode beneficiar as igre-

jas é a ampliação do alcance da imunidade e das isenções concedidas atualmente a elas. A bancada evangélica na Câmara vem atuando para que o tema seja inserido nas discussões sobre a reforma tributária, cuja comissão já está instalada na Casa.

Pela Constituição, entidades religiosas são imunes ao pagamento de impostos sobre renda, patrimônio e serviços. A lei atual exige, no entanto, o recolhimento de encargos trabalhistas e previdenciários, entre outras contribuições sociais, além de deixar as igrejas sujeitas a contribuições de intervenção no domínio econômico (Cide) e a taxas sobre serviços específicos.

O deputado federal Silas Câmara (Republicanos-AM), líder da bancada evangélica, apresentou uma emenda que amplia o entendimento sobre a imunidade. Em 2019, a pedido de Bolsonaro, a Receita Federal já havia afrouxado as

obrigações fiscais de igrejas, por meio de instruções normativas — o Fisco aumentou de R\$ 1,2 milhão para R\$ 4,8 milhões o piso de arrecadação que torna obrigatória a entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), um demonstrativo de movimentações financeiras diárias.

EMENDAS AO ORÇAMENTO

Também em acordo com líderes do governo, Câmara e o Senado derrubaram um veto de Bolsonaro que impedia o uso de emendas de relator-geral e de comissão para definir a destinação de recursos do Orçamento. A decisão aumenta a influência de parlamentares no uso de verbas federais.

O veto havia sido feito na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece regras para a formulação do Orçamento. Hoje, emendas parlamentares individuais e de bancadas são de execução obrigatória. O Congresso deseja que

estas outras rubricas, de orçamento e relator-geral, tenham o mesmo tratamento.

O Orçamento de 2021 ainda está sendo discutido em comissão do Congresso. A expectativa é que haja a votação no colegiado ainda este mês. Há duas semanas, o relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), incluiu no relatório preliminar a alocação de R\$ 35,6 bilhões para a rubrica "emendas de relator" — ano passado, a soma foi de R\$ 20 bilhões. Em 2020, a existência dessa rubrica e a previsão de execução sob ordem do Congresso fizeram o Planalto acusar parlamentares de "chantagem".

Nas outras rubricas, o parecer preliminar do Orçamento reservou R\$ 9,7 bilhões para emendas individuais de congressistas e R\$ 6,5 bilhões para as de bancadas. Por enquanto, não há valor para emendas de comissão, apenas um piso de R\$ 225 milhões.

Economia



SALÁRIO DOS SERVIDORES

Congresso aprova projeto que garante pagamento

Sem o Orçamento aprovado, havia chance de faltar recursos em algumas áreas já em abril g1.globo.com/3cWNVW

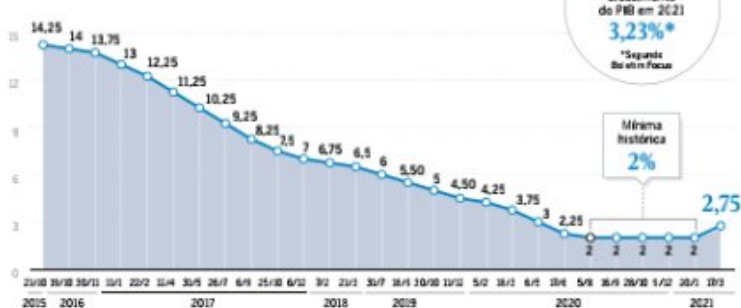
ACIMA DO ESPERADO PELO MERCADO

PARA CONTER INFLAÇÃO

BC eleva Selic a 2,75%, na 1ª alta desde 2015 e a maior em dez anos

COPOM REAGE À PRESSÃO NOS PREÇOS

EVOLUÇÃO DA SELIC
(Em % ao ano)



IPCA
Taxa acumulada do IPCA em 12 meses, com variação mês a mês
(Em % de fevereiro/20 a fevereiro/21)



Fonte: Banco Central e IBGE

GABRIEL SIROINDARA,
IVAN MARTÍNEZ-NABIGAS
E RENATO ANDRADE
economiaglobo.com.br
matheus@meio.com

Na primeira decisão de política monetária após se tornar autônomo, o Banco Central (BC) surpreendeu o mercado financeiro e decidiu ontem elevar os juros em um ritmo mais rápido que o esperado. A Taxa Selic subiu de 2% para 2,75% ao ano — primeira alta desde 2015 e a maior em dez anos. A expectativa era que os juros fossem para 2,5% ao ano. O movimento mais ousado que o projetado foi visto por analistas como sinal claro de que o BC está preocupado em manter a inflação dentro da meta. O setor produtivo, no entanto, teme o efeito do crédito mais caro em meio à incerteza sobre o efeito da piora

da pandemia de Covid-19 sobre a economia.

Economistas viram na decisão o primeiro teste de confiança da diretoria comandada por Roberto Campos Neto desde que o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que prevê a autonomia do BC. A regra estipula que a autarquia tem como objetivo fundamental zelar pela estabilidade de preços e, de forma secundária, fomentar o pleno emprego. Ao optar pela alta mais intensa, Campos Neto dá o recado de que o combate à inflação é a prioridade da instituição.

Com a mudança, a Selic sai do menor patamar histórico, em que estava desde agosto do ano passado. A decisão coloca o Brasil como um dos primeiros países do G-20 a subir juros, na contramão das principais economias do mundo.

Ortem, o Federal Reserve (Fed, o BC americano), manteve os juros entre zero e 0,25% e sinalizou que eles ficariam neste patamar até 2023.

No comunicado, o Comitê de Política Monetária (Copom) antecipou que haverá uma nova alta de 0,75 ponto na próxima reunião, em maio. Analistas já preveem que a Selic fechará 2021 entre 4,5% e 5% ao ano.

Na nota, o BC afirma que o principal benefício de apertar os juros mais rápido neste momento é "reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano". O alvo do governo para a alta de preços neste ano é de 3,75%, com tolerância de 1,5 percentual para mais ou para menos. Em fevereiro, o IPCA, indicador oficial, acumulou alta de

5,2% em 12 meses — perto do limite máximo.

Para o Copom, a estratégia vai ajudar no cumprimento da meta não só neste ano, mas também em 2022, "mesmo em um cenário de aumento temporário do isolamento social". Na avaliação do colegiado, essa alta recente da inflação no curto prazo foi "mais forte e persistente" do que o esperado, mas o diagnóstico, assim como nas reuniões anteriores do Copom, é de que ela é "temporária".

PARA ALIVIA O DÓLAR

A economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, considera haver, nesse aumento mais brusco dos juros, um risco embutido para a retomada da economia. Mas observa que, como o patamar da Selic continua baixo e a infla-

ção vem subindo, a alta na taxa básica não deve impactar o crescimento do país.

—É muito pior você desancorar as expectativas de inflação e perder a credibilidade. Nesse caso, teria que subir (os juros) muito mais lá na frente.

Representantes do setor produtivo, no entanto, criticaram a decisão.

—Parece que o Copom está precipitando já uma vacinação que não ocorreu. A economia está parada, especialmente os serviços. O BC exagerou na dose. Os setores de serviços estão endividados, bem como as famílias — diz o chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também considera a alta precipitada.

—A decisão deveria ter sido postergada até que os efeitos das (novas) medidas de isolamento sobre a demanda e, consequentemente, sobre a trajetória da inflação pudessem ser avaliadas — afirma o presidente da CNI, Roberto Braga de Andrade.

Para o economista-chefe da gestora Wealth High Governance (WHG), Fernando Ferebello, a decisão do Copom deve reduzir a pressão sobre o dólar, o que traz alívio para o preço de produtos e serviços que são impactados pela variação da taxa de câmbio. Apesar da alta do setor produtivo, ele diz que a medida trará bons resultados no longo prazo.

—Entendo o desconforto do setor produtivo, mas, no contexto geral, é melhor fazer isso e arrumar alguns desequilíbrios agora.

ENTRA VISTA

Fernando Honorato, economista-chefe do BRASCO

'NÃO PARECE HAVER MUDANÇA NO PONTO DE CHEGADA DA SELIC'

IVAN MARTÍNEZ-NABIGAS em reportagem conjunta com o site do Brasil

Para o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, a decisão do Banco Central de aumentar a Selic em 0,75 ponto per-

centual surpreende no ritmo, mas não deve se traduzir em uma mudança significativa de patamar já esperado pelo mercado.

Com o banco avalia a decisão do Copom?

Surpreendeu o mercado, mas ainda há sinalização de que o BC não quer subir muito a taxa de juros. O Copom decidiu acelerar o passo da alta de juros para diminuir o risco de a inflação ficar acima da meta. Parece-me que havia um plano de voo de subir a Selic em um certo patamar ao longo de 2021 e que houve a decisão de fazer isso mais rápido, mas não me parece

haver mudanças no ponto de chegada. O modelo de inflação do BC prevê uma Selic de 5,5% no ano que vem.

Essa trajetória de alta na Selic conseguiu trazer a inflação para dentro da meta em 2021?

Vai depender muito da resposta do câmbio, mas é muito difícil. Para que a inflação fique no centro da meta (3,75%) este ano, o câmbio deveria estar em algo como R\$ 4,70.

Entidades do setor produtivo dizem que a decisão foi precipitada, devido às medidas restritivas exigidas pela pandemia...

Imaginávamos, de fato, que o BC adotaria um movimento mais moderado para ver os efeitos da pandemia, mas o caminho escolhido foi de antecipar a alta, não de mudar o ponto terminal. Isso faz pouca diferença para a economia. Minha impressão é que, se o BC conseguir o efeito de

apreciação do real, a decisão será vista como acertada lá na frente pelo setor produtivo.

Como a vacinação em ritmo lento entra em conta?

A vacinação coloca pressão positiva para a atividade se ela se acelerar, como esperamos. A economia se abrirá mais rapidamente. O Copom trabalha com o cenário de que é transitória a atual piora da pandemia. Caso contrário, a economia será mais fraca.

ANALÍTICO

Pancada no juro mostra que BC não quer brincar com o dragão da inflação

RENATO ANDRADE em reportagem conjunta com o site do Brasil

Roberto Campos Neto e seus colegas de diretoria resolveram mostrar que, além de autonomia, o Banco Central segue focado em uma coi-

sa e uma coisa apenas: a inflação. E a decisão tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) ontem mostra haver uma preocupação real com o

rumo dos preços no país.

O aumento da taxa básica de juros, a Selic, tem dois elementos importantes a serem destacados: o tamanho (0,75 ponto percentual) e a unanimidade dos votos. No mercado financeiro, a aposta majoritária era um ajuste de 0,50 ponto percentual. O que indicaria o início de um ciclo de alta dos juros em ritmo mais moderado.

Passo o BC resolveu acelerar o passo. E isso tem uma boa razão: se nada for feito agora, a alta dos preços vai estragar

2021 e centimanas 2022.

Os integrantes do Copom deixaram isso claro no comunicado que acompanhou a decisão. A economia brasileira encerrou o ano passado em ritmo forte. O ano foi ruim, mas o último trimestre teve um bom desempenho. E isso trouxe, de brinde, um avanço das projeções de inflação, que caminharam a passos largos para bater no teto da meta fixada para o ano, que é de 5,25%.

Para quem não se lembra, nos 12 meses terminados em

fevereiro, o índice de preços que o BC usa como referência para definir suas ações acumulava alta de 5,20%.

No linguajar do BC, isso foi dito da seguinte maneira:

"Na avaliação do Comitê, uma estratégia de ajuste tem caráter de grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a trajetória das expectativas para horizontes mais longos." Além do ritmo acelerado,

as pancadas terão o mesmo tamanho:

"Para a próxima reunião, a menos de uma mudança significativa nas projeções de inflação ou no balanço de riscos, o Comitê anevia a continuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude."

Autonomia e foco parecem que resolveram andar de mãos dadas no BC.

Ministério da Economia eleva a 4,4% projeção do IPCA para este ano

Pasta cita pressão dos preços de alimentos, também apontada pelo BC para elevar juros. Previsão para PIB se mantém em 3,2%

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@b3maglobo.com.br
BRASÍLIA

O Ministério da Economia revisou para cima a projeção de inflação para 2021 e, apesar das incertezas com a pandemia, manteve em 3,2% a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A previsão é de que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado na meta oficial, feche em 4,4%. No ano passado, a

previsão era de 2,94%.

A pressão dos preços foi um dos motivos citados pelo Banco Central o elevar ontem a taxa básica de juros (Selic) de 2% para 2,75% ao ano.

“O principal responsável pela elevação da projeção foi o preço dos alimentos. Todavia, as expectativas a partir de 2022 apontam convergência da inflação para o centro da meta”, afirma o Boletim Macro Fiscal, divulgado ontem.

A nova previsão de inflação

está acima da meta estipulada para o ano, de 3,75%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância, de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

AGRAVAMENTO DA PANDEMIA

Já em relação ao PIB, o governo manteve a projeção do ano passado baseado em dados do primeiro bimestre, mas reconheceu que há incertezas relacionadas ao agravamento da pandemia.

A estimativa acompanha



Meta. As recentes altas nos preços dos alimentos vêm pressionando o IPCA

tendência do mercado. A última edição do Boletim Focus, do BC, mostrou que o mercado espera um crescimento de 3,23% do PIB neste ano. Há quatro semanas, a aposta era de avanço de 3,46%.

Com alta no número de casos e mortes por Covid, muitos estados e cidades

acabaram decretando medidas de restrição de circulação, que terão impacto na atividade econômica ainda no primeiro trimestre.

Segundo o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, a decisão de manter a projeção do PIB em 3,2% se deu após avaliação

de um conjunto de fatores, que inclui o recrudescimento da pandemia.

Do lado positivo, ele citou o chamado carregamento estatístico, fruto de um segundo semestre de 2020 de forte recuperação; o cenário internacional e taxa de juros favoráveis; aumento da taxa de poupança em 2020; o mercado robusto de crédito; e o ajuste no mercado de trabalho ter sido para os informais, com preservação das vagas com carteira assinada.

Na outra ponta, foram apontados o agravamento da pandemia e os efeitos negativos na economia das medidas de restrição. No balanço, avaliou-se que seria mais prudente manter a projeção atual.

— Sem sombra de dúvida, hoje a vacinação é a melhor política econômica do governo — disse Sachsida.

Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda, destacou que a manutenção da projeção revela conservadorismo e cautela.

OS EFEITOS DA SELIC MAIOR NA VIDA REAL

Financiamento imobiliário

Os empréstimos imobiliários são uma das linhas de crédito mais rapidamente afetadas pela alta da Taxa Selic. A alta dos juros dificultaria o acesso a esse crédito, aumentando também o endividamento de quem já tem financiamento.

Rentabilidade dos investimentos

Com o juro a 2%, muitos investidores buscaram a renda variável. A alta da Selic vai melhorar a rentabilidade dos títulos públicos, como Tesouro Direto, e outros ativos de renda fixa, mas analistas alertam que estes devem continuar perdendo para a inflação.

Custo para o governo

A combinação de inflação em alta e maiores taxas de juro também pressiona os custos para o governo se financiar no mercado. Boa parte da dívida pública é indexada à Selic. Ou seja, se a taxa sobe, a dívida fica mais cara.

Crédito para as empresas

Com os juros mais altos, aumenta o custo do financiamento para as empresas. Como a expectativa é que a Selic continue a subir este ano, esse cenário deve piorar. Isso em um contexto já difícil para as empresas, devido ao recrudescimento da pandemia.

Impacto no consumo

O aumento dos juros com o objetivo de conter a inflação acaba tendo efeito no consumo. Com o crédito mais caro, os consumidores tendem a comprar menos e as empresas tendem a reduzir seu investimento.

Mesmo com Selic a 2,75%, renda fixa ainda perde para a inflação

PATRICIA VALLE
patricia.valle@oglobo.com.br

A alta da taxa básica de juros da economia (Selic) ontem, da mínima histórica de 2% para 2,75% ao ano, não será suficiente para que aplicações da renda fixa conservadora superem a inflação. A projeção do Boletim Focus, apura-

do pelo Banco Central junto ao mercado, para o IPCA no fim do ano é de 4,6%, enquanto a Selic ficaria em 4,5%.

— Em 2020, aplicações ligadas ao CDI, pós-fixadas, foram muito ruins porque não pagaram acima da inflação, e tudo indica que este ano será assim de novo, mesmo com a alta dos juros, e com mais in-

certezas — afirma Mauro Morelli, estrategista da Davos Financial Partnership.

Com a Selic em 2,75% ao ano, os fundos DI não só terão rendimento abaixo da inflação, mas perdem para a poupança em quase todos os cenários, segundo simulação feita pela Associação Nacional dos Executivos de Finan-

ças (Anefac). A poupança, que rende 70% da Selic + TR (atualmente zerada), passa a ter rendimento de 1,93% ao ano e de 0,16% ao mês. Apenas fundos com taxa de administração inferior a 0,5% superam a poupança — e mesmo assim, em aplicações de prazo superior a dois anos.

— Por não ter taxas de ad-

ministração e Imposto de Renda, a poupança é bastante atraente — diz Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor da Anefac. — Mas ainda é pouco, porque rende 70% da taxa básica de juros, que está abaixo da inflação prevista.

Para especialistas, apesar disso, as duas aplicações continuam sendo interessantes

para o curto prazo e para guardar uma parte da reserva de emergência, cujo objetivo principal não é o rendimento, mas a liquidez. Outra opção é o Tesouro Selic, que por não ter taxa de administração proporciona ganho melhor que o Fundo DI, mas que não é isento de IR como a poupança.

A poupança antiga, com depósitos anteriores a maio de 2012, supera a inflação, já que rende 0,5% ao mês mais TR, o que dá 6,17% ao ano.

Congresso mantém vetos no marco do saneamento

Presidente havia excluído possibilidade de renovação automática de contratos com empresas estaduais por mais 30 anos. Após decisão, governo publicará decreto com critérios para definir se serviço será repassado ao setor privado

MANGUELL VENTURA E BRUNO ROSA
escritores e foto: Agostinho da Silva/Agência

O Congresso manteve ontem os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao novo marco do saneamento básico. Com a decisão, na próxima semana o governo deve publicar um decreto com os critérios de avaliação das empresas de setor. A partir do cumprimento ou não destas variáveis, será decidido se o serviço continua a cargo das empresas públicas estaduais ou se será repassado à iniciativa privada ou executado por meio de parcerias.

O novo marco foi sancionado em julho do ano passado. O principal ponto vetado pelo presidente era um dispositivo que permitia a prorrogação por 30 anos dos contratos com empresas estaduais, fechados sem licitação.

50% SEM ESGOTO TRATADO

Para Edison Carlos, presidente-executivo do Instituto Trata Brasil, a decisão do Congresso encerra um capítulo no setor e será possível dar mais velocidade aos projetos.

Para Fábio Abrahão, diretor de Infraestrutura do BNDES, a decisão do Congresso vai forçar os governos estaduais a criarem um melhor ambiente de serviços:

— Sem a manutenção do veto, os estados estendem os



Próximo passo. Votação dos vetos no Congresso: BNDES deve fazer leilões este ano em Rio, Amapá e Rio Grande do Sul

contratos por mais 30 anos. Só assim vamos sair da Idade Média e ampliar a parcela da população atendida. Haverá agora competição entre empresas estaduais e privadas.

Segundo José Nascimento, gerente de Causas do Centro de Liderança Pública, a manutenção dos vetos é crucial para o setor:

— Hoje, o Brasil tem 50% da população sem acesso à água tratada e esgoto e, caso fosse derrubado o veto, iríamos permitir que essas mesmas empresas, sem investimento e capacidade de prestar o serviço, ficassem por mais 30 anos à frente desta gestão.

Neste ano, o BNDES planeja fazer o leilão dos serviços de distribuição de água e saneamento de Rio (Cedae), Amapá, e Rio Grande do Sul. Em 2022, estão previstos Alagoas e Ceará. No total, os investimentos programados com as licitações devem superar R\$ 50 bilhões. A expectativa é beneficiar 36 milhões de pessoas com melhorias no sistema de água e esgoto.

Um dos argumentos para convencer os parlamentares a manterem o veto foi justamente o resultado dos três leilões já realizados: Maceió (AL), Cariacica (ES) e Mato

Grosso do Sul. Eles tiveram sucesso e ocorreram após a aprovação da nova lei.

Os atuais contratos em vigor de todas as empresas deverão ser atualizados até 31 de março de 2022 para garantir as metas de universalização, após a avaliação da capacidade das empresas de cumprirem o previsto. Mais da metade da população brasileira não tem esgoto tratado e cerca 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável. A estimativa do governo e de especialistas do setor privado é que serão necessários cerca de R\$ 700 bilhões para que essa situação seja corrigida até 2033.

ENTREVISTA

Rogério Marinho,
MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

DEZ EMPRESAS ESTADUAIS NÃO ESTÃO APTAS

GERALDA DOCA presidente optou por

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirma que muitas empresas públicas não têm condições de cumprir as exigências previstas no marco do saneamento. Elas têm a opção de se adaptarem, serem vendidas ou formarem parcerias para atender os contratos.

Quais são os próximos passos?

Vamos publicar na próxima semana decreto que define parâmetro no qual ao menos dez ou mais empresas estaduais não estarão aptas. Serão indicadores para ver se terão condição de cumprir o marco e a universalização até 2033. Quem não tiver condições fica obrigado a colocar a empresa na iniciativa privada, para ser adquirida ou concedida ou fazer parceria. Haverá prazo para se adequar.

Com o veto, como fica a

prestação do serviço nos pequenos municípios?

Até julho, os estados terão que formar blocos regionais com municípios por bacia hidrográfica ou proximidade geográfica. Se não fizerem no prazo, a União tem como fazer o processo em cada unidade da federação para permitir que possam ser apoiados pela própria companhia de saneamento ou concedidos à iniciativa privada.

Para que serve isso?

A ideia é ter municípios com alto poder de atração com outros com menor poder para ganhar escala e não deixar ninguém para trás.

O que indica a decisão do veto?

A manutenção do veto é uma sinalização do Parlamento de que temos urgência em resolver essa chaga exposta, que é a falta de tratamento do esgoto para quase metade da população brasileira e mais de 30 milhões de brasileiros sem água tratada.

Quanto se investe no setor?

De R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões, em orçamentos próprios e empréstimos. Isso é 10% da necessidade de investimentos nos próximos 10 a 12 anos de R\$ 70 bilhões por ano para cumprir o novo marco.

Marco do gás abre caminho, mas não destrava investimento este ano

Para analistas, queda de preço depende de venda de ativos da Petrobras e lei estadual

BRUNOROSA
bruno.rosa@globo.com.br

A aprovação do novo marco legal do gás pelo Congresso representa um primeiro passo para destravar investimentos no setor, estimados pelo governo em R\$ 40 bilhões. O projeto cria mecanismos de incentivo à participação do setor privado e acaba com o monopólio da Petrobras. Segundo especialistas, porém, a nova legislação não terá fôlego sozinha para tirar projetos do papel este ano e criar o ambiente necessário para o “choque de energia barata” defendido pelo governo.

Além do cenário econômico com a pandemia, analistas destacam as incertezas com a troca no comando da Petrobras após a indicação do general Joaquim Silva e Luna pelo presidente Jair Bolsonaro. Uma das etapas para fomentar a iniciativa privada é a venda de ativos da estatal em transporte e distribuição de gás.

A empresa fez um acordo com o Cade, órgão de defesa da concorrência, em que se compromete a deixar estas áreas, mas especialistas temem atrasos. Entre os empreendimentos que podem ser vendidos estão a TBG, do gasoduto Brasil-Bolívia, e a Gaspetro, que reúne participações em 19 empresas de distribuição.

Além disso, as empresas privadas precisam de previsibilidade de acesso aos gasodutos já vendidos pela Petrobras, como TAG e NTS.

— A Petrobras vendeu a



Dúvida. Troca no comando da Petrobras cria incerteza sobre venda de ativos

TAG e a NTS, mas tem contratos de uso desses dutos por um prazo longo. É preciso avançar com as regras necessárias para que o mercado consiga acessar com segurança a capacidade desses dutos — disse Rivaldo Moreira Neto, presidente da consultoria Gas Energy.

QUEDA DE PREÇO SÓ EM 2022

Existe ainda a necessidade de aprovar mudanças nas leis dos estados para fomentar competição. As alterações permitiriam que o consumidor industrial pudesse escolher seu fornecedor de gás, além de viabilizar a construção de gasodutos a taxas competitivas. A avaliação dos especialistas é que com o arcabouço legal atual, o investimento é inviável economicamente.

Levantamento de Gaspetro e ATGás, que reúne as principais empresas de dutos, mostra que Rio, Amazonas, Bahia e Sergipe já fizeram mudanças na legislação local. O Espírito Santo está em fase final de

aprovação da regulamentação. O Rio Grande do Sul já aprovou a privatização da concessionária local.

— São movimentos que vão permitir aumentar a entrada de gás na rede, a preços menores e estimulando maior demanda, o que tende a gerar investimentos — disse Rogério Manso, presidente da AtGás.

Estudo da consultoria Gas Energy diz que somente a partir de 2022 será possível observar queda nos preços do gás, em alta este ano em razão do aumento do preço do petróleo.

O Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) estima que a oferta de gás nacional, que registrou média de 56,5 milhões de metros cúbicos por dia em 2019, tem potencial de alcançar até 110,6 milhões de metros cúbicos por dia no início da próxima década.

Nos cálculos da Firjan, a lei abre caminho para destravar investimentos de até R\$ 80 bilhões no país, dos quais R\$ 45 bilhões no Rio.

Eletrônicos terão tarifa de importação 10% menor

Além de celulares e computadores, medida do governo vai reduzir o imposto sobre máquinas e equipamentos. A longo prazo, preços ao consumidor podem ter queda de até 5%. Produtores nacionais reclamam da decisão

ELIANE OLIVEIRA
eliane@b3b.orglobo.com.br
BRASILIA

O governo anunciou ontem que vai reduzir em 10% o imposto de importação sobre produtos como celulares, computadores e máquinas usadas em indústrias, conhecidas como bens de capital. A medida, que deve entrar em vigor na semana que vem, tem o objetivo de baratear a compra de equipamentos usados pelo setor produtivo e também diminuir o preço de itens importados, comprados pelos consumidores comuns.

A redução tarifária foi aprovada ontem, em reunião do Comitê-Executivo de Gestão

(Gecex) da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex). A decisão envolve 1.495 produtos cuja diminuição de imposto não depende de negociação com os demais parceiros do Mercosul. Hoje, as alíquotas variam de zero a 16%.

Com a redução aprovada, uma máquina que hoje paga 10% de imposto, por exemplo, passará a pagar 9%. Já um eletrônico que paga 16% de imposto, passará a pagar 14,4%. Adicionalmente, todas as alíquotas de 2% serão reduzidas para zero, diminuindo a burocracia e facilitando a vida de importadores e consumidores.

O secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz, disse que, a longo prazo, a redução dos preços desses produtos ao consumidor final será de 2% a 5%.

— A medida vai tornar os preços mais baratos, mas o impacto primário será na indústria de transformação — destacou o secretário, acrescentando que a medida deve resultar em uma queda de arrecadação de R\$ 250 milhões por ano.

O rebaixamento das tarifas surpreendeu os produtores nacionais, que reprovaram a medida. José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq),

disse que o setor não foi consultado. O assunto deve ser discutido, na sexta-feira, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião com representantes da Coalizão Empresarial.

— Na última vez em que nos reunimos com o secretário Roberto Fendt (de Assuntos Internacionais), ele garantiu

1.495

produtos

É o número de itens que terão redução de tarifa de importação, pois esta não depende de negociação com o Mercosul

que o governo não reduziria tarifas de importação sem incluir os insumos que compramos — afirmou Velloso.

Segundo ele, os setores atingidos — bens de capital, de informática e de telecomunicações — reúnem 30 mil empresas e geram 1,1 milhão de empregos diretos:

— Somos responsáveis por 15,9% da folha de pagamento da indústria. Mas não conseguimos repassar aos preços a inflação de 75% em nossa matérias-primas nos últimos 12 meses.

Fendt explicou que não serão eleitos setores para ter as tarifas reduzidas. O objetivo é atingir todos os produtos:

— Não vamos repetir os erros do passado.

Para o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), a medida vai inviabilizar a indústria nacional:

— Estamos em meio a uma pandemia e estabelecendo uma política de concorrência absolutamente injusta do Brasil com o mercado internacional. Vamos virar um país exportador de tributos, porque a gente tributa nossa exportação e reduz a tributação sobre a importação, e um país exportador de emprego, porque vamos inviabilizar a indústria nacional e transferir empregos dos brasileiros para a China.